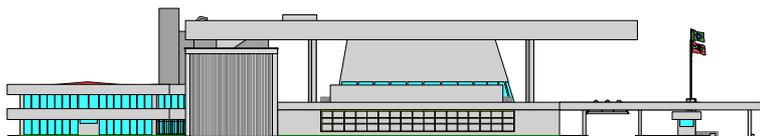


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2010

NÚMERO 6.227

**16ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa  
MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Jorginho Mello  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco De Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS  
(Lideranças)**

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Décio Góes

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Antonio Aguiar  
Dirceu Dresch  
Décio Góes  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Sargento Amauri Soares  
Terças-feiras, às 9:00 horas

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Antônio Carlos Vieira - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Valdir Cobalchini  
Gilmar Knaesel  
Narcizo Parisotto  
Terças-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Antônio Carlos Vieira  
Edison Andrino  
Ronaldo Benedet  
Altair Guidi  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça (Peninha) -  
Presidente  
Flavio Ragagnin - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Serafim Venzon  
Dirceu Dresch  
Romildo Titon  
Sargento Amauri Soares  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Dado Cherem  
Dirceu Dresch  
Elizeu Mattos  
Altair Guidi  
Terças-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Pedro Uczai  
Antônio Carlos Vieira  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Gilmar Knaesel  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Nilson Gonçalves  
Pedro Uczai  
Kennedy Nunes  
Valdir Cobalchini  
Ronaldo Benedet  
Quartas-feiras às 11:00 horas

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Sílvio Dreveck  
Valdir Cobalchini  
Elizeu Mattos  
Renato Hinnig  
Altair Guidi  
Quartas-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Dirceu Dresch - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Onofre Santo Agostini  
Antônio Carlos Vieira  
Edison Andrino  
Altair Guidi  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

### COMISSÃO DE SAÚDE

Darci de Matos  
Dado Cherem  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Genésio Goulart  
Prof. Odete de Jesus  
Terças-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Ronaldo Benedet  
Valdir Cobalchini  
Onofre Santo Agostini  
Gilmar Knaesel  
Professora Odete de Jesus  
Quartas-feiras às 10:00 horas

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Flávio Ragagnin  
Edison Andrino  
Valdir Cobalchini  
Altair Guidi  
Quartas-feiras às 08:00 horas

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Flávio Ragagnin  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Pe. Pedro Baldissera  
Flávio Ragagnin  
Rogério Mendonça (Peninha)  
Genésio Goulart  
Quartas-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann  
Serafim Venzon  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Joares Ponticelli  
Antônio Aguiar  
Ronaldo Benedet  
Romildo Titon  
Prof. Odete de Jesus

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XVIII - NÚMERO 2227</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 100ª Sessão Ordinária realizada em 16/11/2010 .....2 Ata da 101ª Sessão Ordinária realizada em 17/11/2010 .....12</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Aviso de Licitação.....21 Extratos .....21 Ofício.....21 Portarias .....22 Projetos de Lei.....24</p>
--	--	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2010

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Dado Chereim - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN** - Reporta-se à Udesc no oeste.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Tece considerações a respeito da segurança pública.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Evidencia a agilidade do *twitter*; reporta-se à reunião da bancada do PP; registra a Frente Parlamentar Antidrogas.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** - Externa posição a respeito das finanças do estado; aborda a importação e a exportação.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** - Expõe preocupação do governador eleito com a folha de pagamento; aborda o caso das letras.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (aparte) - Parabeniza o deputado Antônio Carlos Vieira pelos assuntos que aborda.

**DEPUTADO ANTÔNIO CERON** - Discorre sobre a economia mundial.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Valoriza o trabalho da Fundação Nova Vida.

**DEPUTADO RONALDO BENEDET** - Tece considerações a respeito da BR-101.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reflete sobre o atual momento político do país.

**DEPUTADO JEAN KULHMANN** (aparte) - Salienta que os governos não podem gastar mais do que arrecadam.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Critica a falta de interesse na aprovação das reformas necessárias.

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Discute a Moção 0079/2010.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Externa sua posição em favor do defeso da tainha.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Solicita a retirada do Pedido de Informação 0125/2010.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO DADO CHEREM** - Reporta-se ao tratamento pediátrico de alta complexidade.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Comunica a transferência da reunião da Frente Parlamentar do Varejo.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Aborda o problema da saúde pública e das contas públicas.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Tece considerações a respeito da suinocultura catarinense.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Lembra a importância de Victor e Atilio Fontana na suinocultura catarinense.

**DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN** (aparte) - Registra que o oeste catarinense cumpriu sua obrigação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Flavio Ragagnin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, srs. deputados, minhas saudações cordiais aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio AleSc Digital.

Quero aproveitar esta oportunidade para fazer uma saudação especial ao alto Uruguai catarinense, especialmente ao município de Seara, onde tivemos, no último domingo, na II Festa do Agricultor e da Pecuária Searense e também a VII Festa Catarinense da Suinocultura. Festa esta que, para minha felicidade, quando prefeito, tive a oportunidade de atender a uma sugestão, a uma idéia, do então secretário Renato Tumelero, de lideranças da área da suinocultura, da agricultura, do comércio e da indústria de Seara.

Então, devo dizer da minha alegria em ter participado dessa festa, juntamente com o deputado Moacir Sopelsa, em que vimos a pujança da nossa suinocultura, da bovinocultura de leite, da bacia leiteira, da exposição de equipamentos, enfim, de diversas ações que fazem com que o alto Uruguai catarinense seja destaque no cenário estadual e nacional no que tange a pequena propriedade rural. Pudemos também ver a alegria dos suinocultores que estão vivendo um bom momento, uma vez que o preço do suíno, do frango, do leite, está tendo um bom momento.

Mas nem tudo é festa, nem tudo se pode comemorar, temos que ficar sempre com um pé atrás porque quando o pequeno agricultor vê um pouco de lucratividade na sua propriedade ele fica preocupado. Quando põe o pescoço para fora e vê que vai ganhar um pouquinho a mais de dinheiro, pronto, lá vem uma bomba. O governo começa a importar o leite, a carne, o milho, ou alguma coisa acontece! Estamos torcendo para que agora, com a chegada de novos governos, tanto estadual quanto federal, faça-se uma proteção maior para a suinocultura, agricultura e pecuária leiteira. Também gostaria de aproveitar a oportunidade para falar sobre outro assunto.

Tivemos uma conversa com o magnífico reitor da Udesc de Santa Catarina, através da qual soubemos que no último semestre foi criado um centro da Udesc no oeste catarinense ou no meio-oeste catarinense.

Ficamos preocupados porque, mais uma vez, o Alto Uruguai catarinense foi aliado do processo por motivos diversos. E se tivesse tido uma maior estrutura, organização e pressão por parte dos municípios, quem sabe poderíamos estar, nesse momento, vivendo uma situação diferente.

Mas não quero aqui culpar ninguém. Só gostaria de salientar que foi criado o centro da Udesc no meio-oeste catarinense e deverá ser contemplado ou Caçador, ou Videira ou Joaçaba, ficando Concórdia, Seara, Itá, municípios do alto Uruguai catarinense e do alto irani fora desse processo.

É importante dizer que não vamos desistir, porque quando fomos prefeito de Seara houve uma presença maciça da equipe da Udesc fazendo levantamentos para que houvesse um *campus* no alto Uruguai catarinense. Pedimos que também tivessem deferência os municípios de Concórdia e Seara, uma vez que aquela região está descoberta de universidades gratuitas, principalmente da Udesc.

A partir no ano que vem não estarei mais nesta Casa, mas farei uma reivindicação às autoridades estaduais, no que tange à educação, especialmente da Udesc - e peço a parceria dos deputados do Partido Progressista, que são meus parceiros; do deputado Moacir Sopelsa, que é do alto Uruguai catarinense; e dos demais deputados -, para que Seara tenha um *campus* avançado ou uma extensão da Udesc vinda de Chapecó.

Segundo informações que nos chegaram agora pela manhã, o alto Uruguai deverá ser coberto pela Udesc através de Chapecó. Acho que é muito pouco. Com uma rebarba, por exemplo, de Chapecó, vai-se atender um pouco Seara, Itá e os municípios de lá. Acho que pela força que possuem os 16 municípios do alto Uruguai catarinense, os 16 municípios do alto irani, seria justo que fosse instalado lá um centro da Udesc instalado em Concórdia ou Seara, com uma personalidade firme e forte. Mas para isso são necessários recursos, e sabemos que eles não vêm através de emendas, mas, sim, através de um percentual. E 0,5% do Orçamento do estado, deputado Vieirão, é para a Udesc. Precisamos, quem sabe no ano que vem ou no próximo ano, colocar mais 0,5% para que se aumente o valor constitucional para a Udesc, para que se implante mais um *campus* ou mais um centro no alto uruguai catarinense.

Eu faço esse apelo uma vez que, na minha maneira de entender, a região que tem tido menos apoio no sentido de universidades é o alto Uruguai catarinense. Agora estão surgindo algumas sinalizações, as coisas estão melhorando, mas aquela região ainda está longe de muitas outras.

E quando se está aqui, fala-se: os municípios mais para baixo, e quando se está no oeste, fala-se: os municípios mais para cima. Então, vê-se que os municípios situados mais para baixo desenvolvem-se muito mais rapidamente em termos de recursos, de ensino e de universidades.

Eu quero defender aqui com veemência o alto Uruguai catarinense e o alto irani. Eu acho que essa região precisa ser reconhecida como uma região produtora, uma região forte que precisa ter o seu espaço, uma região que gera recursos para o estado e a nação. Não é justo que fique relegada a segundo plano! E tanto a Udesc como outras universidades podem oferecer cursos interessantes para a nossa região, sejam os cursos de Engenharia de Alimentos, de Zootecnia, de Veterinária, de Agronomia. Enfim, acho que é necessário que se faça um estudo aprofundado em cima disso.

Vamos ainda, até o final do ano, se tivermos a oportunidade, debater novamente sobre o assunto. Mas eu peço, encarecidamente, à nova legislatura e ao novo governo de Raimundo Colombo que dêem um afago especial, quando se falar em educação para o alto Uruguai catarinense. É necessário que se veja isso com muito mais seriedade e não como uma questão política. O que nos interessa não é a questão política, mas, sim, a questão da formação da nossa juventude.

Para que o filho do pequeno agricultor permaneça no campo, ele tem que ser tratado como um cidadão, como o filho do empresário rural é tratado. E para isso ele precisa ter a sua formação. Ele necessita fazer a sua faculdade para permanecer no campo, porque cada vez menos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Flavio Ragagnin.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caro deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, público que está presente na tarde desta terça-feira, na Assembleia Legislativa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital, tem-se falado bastante, felizmente, em segurança pública, e aqui neste Poder também, nos últimos meses, o que, evidentemente, alegramos, embora se tenha falado porque a situação é bastante difícil. A sociedade e os meios de comunicação têm colocado isso na pauta dos poderes políticos, deste Poder Legislativo e também do Poder Executivo, das instituições de segurança pública, inclusive do governo eleito que se vai constituir a partir de 1º de janeiro.

A sociedade reclama, com razão, por mais policiais patrulhando as cidades, ou o interior também, porque, como já falamos aqui, a criminalidade também está chegando no meio rural Na vila rural - e não só nas cidades pequenas - está chegando a criminalidade, o furto, o roubo, o sequestro, além do uso e do tráfico de drogas.

Mas é preciso que se faça uma reflexão de que os problemas atuais na segurança pública são resultado de décadas, talvez de séculos, de abandono do serviço público. O enfraquecimento do estado, o enfraquecimento dos poderes públicos em outras áreas importantes da vida social é que cria as condições para o aumento da criminalidade.

A sociedade quer mais policiais patrulhando as ruas, e não é comum, nas reuniões que participamos, ouvirmos a demanda de que uma viatura, uma guarnição, um policial a cavalo, um policial com um cão, um policial a pé esteja circulando na frente da residência, na rua, no bairro ou na frente da loja. E às vezes com uma expressão até um tanto simplória, antiquada e inadequada para a realidade de hoje. Ouvimos falar: "Nunca mais vi o guardinha caminhando nas ruas do nosso bairro".

Então, essa é uma compreensão que a sociedade tem e que precisa ser superada porque, de certeza, policiais militares ou servidores da segurança pública em geral não devem comportar-se e não devem se tratados como o guardinha da rua. Este é um conceito ultrapassado, antigo, não só do século passado, mas talvez do outro ainda. É um servidor da segurança pública que compreende o conjunto da problemática social, especificamente na área de segurança, e que está lá à disposição da sociedade, muito diferente do guardinha à disposição da pessoa em particular. Este é um conceito clientelista de séculos atrás.

Precisa, efetivamente, de uma quantidade maior de policiais, como temos exposto aqui. Além disso, precisa que os policiais atuais, mesmo em pequena quantidade, estejam mobilizados com um nível de confiança mais elevado com relação aos seus chefes mais imediatos nos comandos locais, regionais ou até mesmo estadual, e também com relação aos governantes dos maiores cargos do estado ou até da nação.

Esse nível de confiança é preciso ser resgatado aqui no estado de Santa Catarina, com gestos concretos que garantam que não haja mais discriminação no tratamento salarial e no tratamento de carreira. É preciso que

garantam que todo mundo pode ter uma dignidade profissional e que ninguém precisa ficar com vergonha de dizer que depois de 24 anos de serviço, ou 25 ou 26, ainda está na primeira graduação, ainda é soldado.

Resolve-se isso relativamente com muito pouco dinheiro. E não é possível que o estado veja esse tipo de ação - a realização dos cursos, as promoções, a mobilização interna, a perspectiva de carreira - como um gasto desnecessário. E preocupa-nos quando se começa a falar que o estado já está endividado para o ano inteiro. A impressão que dá é que os servidores públicos vão ter que tirar algumas moedas do bolso para ajudar o estado.

No limiar de um novo governo, já se começa a dizer que não há dinheiro para nada! Mas se sabe que há dinheiro para muita coisa e que se usa dinheiro para muita coisa, inclusive para 36 palácios, 36 SDRs, mais da metade delas desnecessárias, na minha avaliação, evidentemente.

Mas não há dinheiro para fazer o curso de cabo e de sargento, para incentivar e mobilizar os servidores públicos, para criar uma perspectiva de futuro para os servidores públicos.

Então, precisa-se dessas coisas de imediato. Agora, não se vai resolver os problemas da segurança pública em nenhuma sociedade, em nenhum lugar do mundo, e não só no Brasil, se não houver pleno emprego, se não houver uma política efetiva de geração de empregos.

Deputado Flávio Ragagnin, v.exa. falava aqui da alegria atual, momentânea, dos produtores de suínos no meio-oeste do estado. E se não houver as condições para que o pequeno agricultor possa permanecer no campo - e não só o pequeno agricultor, mas os filhos dele também... E v.exa. falava disto: de se criar as condições para que lá na roça exista a mesma qualidade de vida que há nos meios urbanos. O acesso à educação, inclusive no nível superior, o acesso a toda tecnologia à disposição do conjunto da sociedade tem que ser igual lá na cidade de Imbuia, no alto vale de Itajaí, ou lá em São Paulo, para que o agricultor e os filhos dele tenham motivação para permanecer no campo. Embora, é evidente - e v.exa. falou isso muito bem -, que o que garante isso é a condição econômica. Não há como garantir que o agricultor e os filhos dele, as gerações futuras, permaneçam no campo, se não houver a possibilidade de rendimento econômico, de produção e de geração de riqueza que permita a viabilidade econômica das famílias lá na agricultura.

Nós não vamos resolver os problemas da segurança pública, se não houver educação de qualidade e na quantidade necessária em tempo integral; se não houver saneamento básico; se não houver uma política de mobilidade urbana: transporte coletivo público assumido pelo poder público, e não como mais uma forma de algumas famílias enriquecerem, comprando meia dúzia de ônibus e cobrando muito caro para transportar centenas de pessoas numa única vez. Se o poder público e nós, aqui neste Poder, não pensarmos nisso, não estaremos ajudando a combater a criminalidade.

A prevenção em segurança pública é saúde preventiva e de qualidade também. Fortalecer o serviço público em geral, portanto, é a necessidade da segurança pública. Assistência técnica para os pequenos agricultores; fomento, investimentos, juros baixos e preços mínimos são as condições da prevenção da segurança pública, ou senão depois, a cada ano, vamos ter que ter mais

polícia. Também é prevenção em segurança pública o tratamento para dependentes químicos, como falávamos aqui na semana passada. E não quero criticar ninguém em especial, mas o estado de Santa Catarina e o Brasil têm sido muito relapsos em relação a essa questão importante do tratamento da dependência química...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero aproveitar para mandar um abraço especial a todas as pessoas que estão acompanhando os trabalhos também pelo *twitter*, sempre fazendo uma interação muito grande conosco.

Aliás, quero abrir um parêntese, antes de falar sobre dois assuntos a seguir. Nós, os deputados estaduais, os agentes públicos do Executivo e do Legislativo, os deputados federais e os senadores em Brasília, os vereadores nos municípios, deveríamos utilizar mais o *twitter*, porque proporciona uma interação instantânea.

Deputado Jorginho Mello, eu que sou oriundo da imprensa, sempre achei o rádio muito instantâneo. O rádio é mais rápido do que o jornal, porque a notícia fica para o outro dia, ou do que a televisão, cujo noticiário vai ao ar à noite. O rádio era a instantaneidade. Mas eu vejo, agora, o *twitter* como uma ferramenta mais rápida do que o rádio. Muitas vezes, fico sabendo pelo *twitter* de algumas informações que só depois vão ser anunciadas no rádio. Essa é a interatividade. E alguns dos projetos de lei que eu já apresentei nesta Casa vieram da ideia dos nossos seguidores.

Nós temos hoje cada vez mais essa interatividade. Gostaria que todos os agentes públicos pudessem ter uma conta, não só no *twitter*, mas em outros *microblogs*, como *Facebook*, *Orkut*, ou seja, através do computador, para interagir com os seus representantes. Afinal de contas, nós estamos aqui representando a sociedade. Por isso, eu quero fazer uma homenagem especial às pessoas que estão acompanhando o nosso trabalho, o nosso mandato, pelo *twitter* e pela televisão.

Eu quero falar sobre dois assuntos. Nós, da bancada do Partido Progressista, este deputado e os deputados Antônio Carlos Vieira, Flávio Ragagnin, Silvio Dreveck, Valmir Comin e Joares Ponticelli, estamos felizes, porque estamos saindo de uma reunião de bancada, em que tivemos a presença ilustre do ex-deputado estadual, deputado federal, o sempre deputado Leodegar Tiscoski, hoje secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, que nos trouxe informações importantíssimas.

Por exemplo, sobre a minha cidade, a minha base eleitoral, Joinville, ele falou da aprovação de dois projetos, um destinado a fazer macrodrenagem da bacia do rio Mathias, construindo galerias nas ruas Nove de Março, Visconde de Taunay, XV de Novembro e na Otto Boehm, o que vai amenizar muito as questões das cheias em Joinville. E para isso está aprovado e já carimbado o valor de R\$ 65 milhões, dinheiro do Orçamento Geral da União, ou seja, está já no Orçamento. E há ainda R\$ 54 milhões para a pavimentação de vias no município de Joinville.

Mas não estamos só trazendo as informações do município de Joinville, minha base eleitoral. Também temos a informação do deputado Leodegar Tiscoski, secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, de que foram liberados: para Balneário Camboriú, R\$ 32 milhões; para Blumenau, R\$ 21 milhões; para a capital de todos os catarinenses, cidade de Florianópolis, R\$ 145 milhões; para Criciúma, terra do deputado Altair Guidi, mais de R\$ 45 milhões; para Brusque, R\$ 33 milhões; para Itajaí, R\$ 36 milhões; para Jaraguá do Sul, R\$ 12 milhões; para a cidade de Palhoça, R\$ 3.200 milhões; para São José, na grande Florianópolis, R\$ 15 milhões; e para Lages, o valor total de R\$ 81 milhões. Trata-se de quase meio bilhão.

O secretário, deputado Leodegar Tiscoski, trouxe-nos a informação de que os recursos serão investidos em saneamento, em recuperação de encostas de rios, em pavimentação, ou seja, grande parte disso é relativa ao OGU - Orçamento Geral da União. Existe outra parte como financiamento, mas também há uma boa parte como fundo perdido, ou seja, dinheiro que o município vai receber e não será necessária a devolução para o governo federal.

Mais uma vez quero aqui parabenizar, em nome da bancada e do Partido Progressista, o sempre deputado Leodegar Tiscoski, que é do sul do estado, porque mostra aqui o verdadeiro resultado de se ter alguém num cargo tão importante como na secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, trazendo para o estado todos esses valores em recursos.

E lembro aqui, deputado Nilson Gonçalves, uma coisa que ele disse: "Não importa o partido político, importa ter o projeto". Então, há muitos prefeitos que querem resolver as questões nas suas cidades, mas não têm projeto. Hoje em dia, lá, em Brasília, o que vale é o projeto. Tendo-se um projeto técnico muito bem feito, com certeza, haverá o retorno necessário para que o município possa executá-lo.

Então, nós estamos felizes da vida com a visita do sempre deputado Leodegar Tiscoski, na reunião-almoço da bancada.

O segundo assunto que trago aqui diz respeito ao que falei na quarta-feira da semana passada. E mais uma vez quero agradecer a todos os deputados que assinaram a formação da Frente Parlamentar Antidrogas nesta Assembleia Legislativa, que já passamos para a Mesa Diretora.

Eu fiquei um pouco preocupado porque, na última semana, houve uma parada no Projeto de Lei n. 0331/2010, de procedência governamental. O governador Leonel Pavan, depois de muita conversa, conseguiu enviar para esta Casa a destinação de 0,2% do Fundo Social para o Fundo Estadual Antidrogas, para que esses recursos possam ser utilizados na prevenção e no tratamento dos dependentes químicos.

Percebendo que o novo governo, do governador Raimundo Colombo, está preocupado com alguns projetos que estão na Casa, que destinam recursos para alguns setores e concedem alguns benefícios, eu fiquei preocupado que esse projeto fosse prejudicado, pois se trata de uma luta de três anos deste deputado. E espero que não venha a ser prejudicado em virtude desse cuidado que o novo governo está tendo com relação às finanças.

Hoje fui conversar com o deputado Antônio Ceron, que me recebeu muito bem, porque imagino que ele seja a pessoa, aqui, da

Assembleia Legislativa, que possa fazer esse contato com o novo governo. Pude falar com ele sobre a importância desse projeto, sr. presidente. Expliquei que o grande foco desse projeto de lei é trazer a possibilidade de criarmos uma rubrica específica para um fundo de prevenção e tratamento de dependentes químicos aqui em Santa Catarina.

Quando se trata de tratamento, ou se tira de algum recurso destinado à assistência social ou à saúde, mas o problema é que, quando cai no Fundo Geral de Saúde, passa por alguns critérios do SUS, o que complica a vida das unidades que trabalham nessa recuperação, nos centros terapêuticos. E estando no Fundo Estadual Antidrogas esse processo será superado.

Há aqui a discussão de que 0,2% é pouco, que poderia ser 0,5%, 1%. Quanto mais melhor, porque precisamos combater esse mal que está assolando a sociedade e principalmente os jovens. E, hoje em dia, o crack infelizmente não é só um problema de jovens, mas de pais e mães, e há crianças dependentes. Mas a grande importância do projeto, e mostrei para o deputado Antônio Ceron, é criarmos uma rubrica. É necessário termos isso como regra, como lei, que determine 0,2% ou seja lá quanto for. O recurso será destinado para o fundo que passará a trabalhar com as entidades que fazem esse tipo de trabalho.

Deputado Altair Guidi, para minha grata satisfação, consegui do deputado Antônio Ceron a garantia de que vai encaminhar o projeto na próxima reunião da comissão de Constituição e Justiça, para que possamos ali aprová-lo o mais rápido possível - e peço o apoio de todos os deputados da comissão -, para passar às outras comissões, no sentido de que possamos ter incluído já no Orçamento de 2011 esse percentual para combater esse problema e estar recuperando os dependentes químicos.

Por isso, hoje é um dia muito especial e feliz para este deputado e gostaria de compartilhar essa felicidade com todos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, senhores telespectadores da TVAL, meus amigos e amigas, os assuntos que não foram notícias durante a eleição agora são provocados nos jornais: "Caixa do estado - A folha preocupa o eleito."

Parece que ninguém sabia que as leis que eram aprovadas neste plenário, até com projetos de procedência do próprio Executivo, não iriam trazer nenhuma consequência para o futuro. Agora a preocupação é grande.

O atual secretário da Fazenda, que é um bom rapaz, o sr. Cleverton Siewert, diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"Acho que o governo não poderá falar em aumento para os servidores em 2011. Terá que arrumar a casa e montar uma política salarial."

Primeiramente, vamos reconhecer que desde 2002 não há aumento salarial para os servidores. Existe, sim, uma política de abono, uma política de concessões bem situadas. Existem setores que receberam boa remuneração em termos de reajuste, enquanto outros estão até hoje esperando e chupando o dedo. A Educação é um desses setores. A

Polícia é outro segmento que fica choramingando nos quatro cantos, mas o governo não concede. E, agora, fica claro que não podemos nem pensar em uma política de aumento, porque o valor relativo à folha, no Orçamento de 2011, é R\$ 7,3 bilhões, ou seja, vai consumir algo perto de 50% da receita do estado.

Mas esse é um assunto ao qual nós vamos dedicar muito tempo até o final do ano. E o futuro governador, Raimundo Colombo, vai ter que quebrar muito a cabeça para encontrar uma solução para o problema, porque a folha cresce vertiginosamente. Isso porque os aposentados continuam recebendo os seus salários, os seus proventos, e há o preenchimento das vagas decorrentes das aposentadorias. Então a folha cada vez cresce mais.

Eu tenho dito aqui algumas vezes que o estado de Santa Catarina passou, em 2009, de um estado exportador para um estado importador. Hoje importamos mais do que exportamos.

Isso é interessante, porque se perguntarem para nós, pobres mortais, quais são as maiores indústrias de Santa Catarina, diríamos a cerâmica, a indústria têxtil, não é deputado Genésio Goulart? Mas, não! Neste estado, em 2010, exportamos 204 mil toneladas de têxtil e importamos 289. Isso se deve à legislação do Pró-Emprego, que está criando empregos na China. Não é o pró-emprego em Santa Catarina, é o pró-emprego na China. Nós estamos comprando produtos lá na China por preços mais vantajosos do que os fabricados em Santa Catarina ou no Brasil, porque lá os salários são outros, a política de lá é bem diferente da política daqui. Aqui, os empregados, quando estão insatisfeitos com seus salários, fazem as suas greves justas, reivindicam e levam, mas esses valores serão somados ao custo do produto. Lá, não, se houver uma greve, meu Deus do céu, vão todos para a cadeia. Se um chinês, produtor, resolver insurgir-se contra o salário, ele vai para a cadeia.

Mas nós, sim, estamos valorizando a mão de obra chinesa e obviamente desvalorizando a mão de obra catarinense. Está aqui: "Têxteis poderão recorrer à Justiça", isso com relação à legislação catarinense, que dá benefício fiscal para a importação, evidentemente um benefício para o importador em detrimento não só de Santa Catarina, mas de todos os estados da Federação. Mas isso tem que acabar! Não pode continuar!

Nós não podemos mais consentir que essa situação continue. Evidentemente, hoje o valor da arrecadação motivada por esse incentivo fiscal é de tal ordem que o estado também está de mãos amarradas. Se acabar com esses incentivos, o estado vai deixar de arrecadar. Srs. deputados, v.exas. lembram daquele consultor da secretaria da Fazenda, vindo do Paraná, Aldo Hey Neto, que foi pego com a boca na botija, em Jurerê Internacional, com alguns milhares de reais e dólares, correspondendo a R\$2 milhões? Parece-me que ele já foi condenado a 13 anos de cadeia no estado do Paraná. Mas deve estar solto ainda, porque está na época da sua justificativa e da sua defesa.

Então, esse cidadão era quem buscava as empresas para poder importar por Santa Catarina. "Paga aqui o imposto 'x' e remete para outros estados com imposto de crédito fiscal". Isto é, paga 3% e manda como se fosse 12%. Essa é uma conta que eu também gostaria de saber. Isso é fantástico. Alguém paga 3% e transfere 12%. Esses 3% pagam os 12%, porque 3% foram pagos, e o

estado dá os 9%, então se transfere 12%. E o outro estado que se entupa com esse crédito. Ai vêm as reclamações, e quem perde muito é o país.

Diz aqui: "O secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Welber Barral, considera o Pró-Emprego, programa catarinense de incentivos fiscais, o mais agressivo e danoso para o país". E não é só danoso para o estado, mas para o país. Nós, que sempre fomos um estado exemplo para o país, hoje estamos sendo um exemplo negativo, deputado Flavio Ragagnin. Nós, hoje, infelizmente, somos um exemplo negativo.

Nenhum estado quer fazer o que Santa Catarina faz, deputado Genésio Goulart, porque isso não é bom para o país nem para o seu estado, embora possa ser bom para o governo, porque entra dinheiro na caixa. Mas nós precisamos separar aqui um pouquinho a figura de governo e a figura de estado.

Estado é algo maior. O estado é onde nascemos, criamo-nos e vivemos. Agora, o governo está sempre de passagem, por quatro, oito, 12, 16 anos. A figura de governo é menor do que a figura de estado.

Esse regime, infelizmente, é prejudicial ao país, principalmente ao estado de Santa Catarina. Como o assunto é muito empolgante, e acredito que até o final de dezembro teremos muita coisa para conversar a esse respeito, inclusive chamaremos a Fiesc para vir aqui debater esse assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos do PT, passaremos ao horário destinado ao PP.

Com a palavra o sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, em nome do meu partido quero agradecer a atenção de todos os colegas, principalmente do PP, e dizer, com muita honra, que estou assomando hoje à tribuna como deputado.

A eleição que tivemos no mês de outubro deve servir para aconselhamentos. Temos que pensar grande para o estado de Santa Catarina. Pensávamos não como uma Oposição raivosa, mas, sim, como uma Oposição pensando sempre no bem do nosso estado.

São nessas condições que assumi a interinidade nesta Casa, com o objetivo de criticar o governo sempre que estiver equivocado, sempre que estiver errado e aplaudir quando estiver correto, agindo em prol de Santa Catarina e não a favor do governo.

Já disse há pouco que governo é uma coisa e estado é outra. Os governantes dirigem o estado por um período, mas ele permanece sendo administrado, desde outras épocas, por esse ou aquele partido.

Mas o assunto que eu trouxe nos meus esclarecimentos iniciais é o seguinte: a folha preocupa o eleito. Acho que o governador eleito Raimundo Colombo precisa se preocupar não somente com a folha de pessoal, mas com muita coisa que é aprovada neste Poder que, muitas vezes, eu questiono.

Sempre questioneiro como deputado que na comissão de Finanças deveriam sempre ser exigidos os demonstrativos da Lei de

Responsabilidade Fiscal, porque aí poderíamos saber as repercussões futuras, o que irá onerar o caixa do Tesouro, porque conceder um benefício, uma vantagem é muito fácil. Encaminha para cá, aqui é examinado, é aprovado e depois executado.

É comum aqui que quem faz não cheira; quem faz manda para outro cheirar. Sempre que alguém faz alguma coisa ou quando somos nós mesmos (sabemos do que estamos falando), o cheiro é até agradável, mas quando o outro vai, após a primeira presença, o cheiro passa a ser desagradável.

E em Santa Catarina não é diferente. Muitas leis que são aprovadas neste plenário têm repercussão somente no governo seguinte; o outro é que vai executar, o outro é quem vai fazer. E eu me preocupo mais ainda - e isso está, hoje, no jornal *Diário Catarinense* -, porque dias atrás, quando se falou das Letras do Tesouro do estado, o governador eleito Raimundo Colombo disse, claramente, que era contra aquela federalização das Letras. O que é federalização? A União assume o compromisso de pagar as Letras e o estado fica devedor da União por aquela transferência daquele valor. Tudo bem!

O governador eleito disse, textualmente, nós jornais que era contra! Só que hoje, diz ele, que muito pior é o precatório. Mas espera aí! Nós vamos agravar a dívida do estado pelo valor da federalização - R\$ 3 bilhões - ou jogar esses R\$ 3 bilhões para um precatório, lá para as calendas, daqui a 20 anos? Eles irão receber, possivelmente, esse valor impagável ou iremos acertar que o estado aumente e jogue para um futuro governo, daqui, talvez, a 15 anos, quando cessa o prazo de parcelamento da dívida pública do governo federal para o pagamento? Porque até agora é fácil: os R\$ 3 bilhões são jogados no montante da dívida do estado, passa de R\$ 13 bilhões para R\$ 16 bilhões, isso é ótimo, o estado continua pagando 13%, melhor ainda, não aumenta, mas quando vencer o contrato da federalização da dívida, alguém vai ter de pagar. E o rombo será tamanho, deputado Antônio Ceron, que o estado não vai aguentar e terá que vender o que tem e o que não tem para poder pagar os saldos que sobrevierem a esse montante da dívida pública.

Então, eu acho que o futuro governador terá que pensar seriamente sobre esse assunto, para ver qual será a melhor posição para Santa Catarina. Eu me inclino ainda em dizer que o melhor é jogar para o precatório. Essa ainda é a melhor solução. Quem acha que tem direito, que reivindique na Justiça, deixando lançar como precatório, e aí o estado vai pagar como puder, quando quiser, quando desejar, da forma que melhor lhe prover.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Deputado Antônio Carlos Vieira, quero cumprimentá-lo pelo belíssimo e profundo conhecimento sobre o assunto. Em primeiro lugar, quanto à analogia com relação à importação e exportação do estado de Santa Catarina v.exa. tem toda razão, além da análise verídica desse fato que preocupa como estado. E, em segundo lugar, com relação à preocupação do comprometimento do estado com a folha de pagamento.

Nós aqui tivemos a oportunidade de alertar sobre esse assunto, porque grande parcela do funcionário público não teve condição de benefício. Por outro lado, vale lembrar que quem encaminhou todas essas 16

medidas provisórias na época, ainda que assinado pelo atual governo, foi o então governador Luiz Henrique, o qual fez todo esse trabalho, e agora v.exa. alerta sobre esse assunto.

Mas parabéns pela sua manifestação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Obrigado, deputado Sílvio Dreveck.

É evidente que quando se fala numa lei que foi aprovada sem repercussão futura, eu não estou jogando, absolutamente, a culpa ao atual governante. O atual governo assumiu ontem. Ele fazia parte, mas evidentemente que todo o estudo, toda a formação dessa situação, desse pacote de compromisso do estado, foi feito pelo governo de Luiz Henrique da Silveira. Isso é óbvio!

A Ponte Hercílio Luz foi construída sem pagamento nenhum. O pagamento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Antônio Ceron, que voltou de viagem da Espanha e da França, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Muito obrigado, sr. presidente.

Nós participamos, no início da semana, nesses dois países, de um curso do Partido Popular. Aliás, eu já havia participado em dois deles em São Paulo. E o professor Jorge, cujo sobrenome não lembro no momento, é uma pessoa que tem uma experiência em gestão pública em quase todos os países da Europa, mas na América, no Peru, na Bolívia, na Colômbia e também no Brasil ele teve bastante vivência.

Tivemos a oportunidade, juntamente com o governador eleito Raimundo Colombo, de ouvir, sob a visão desse professor, a sua opinião sobre as tendências econômicas, políticas e a crise profunda que assola a Europa e os países do primeiro mundo, Espanha, França etc. neste momento, dando-nos uma visão, até porque o mundo está conectado e não há uma ilha que seja isenta da possível contaminação dessa economia, dessas questões que fazem exatamente com que reflitamos profundamente.

Deputado Antônio Carlos Vieira, tive a oportunidade de cumprimentá-lo na semana retrasada e hoje o fiz pessoalmente. Confesso que não tinha a intenção de usar a tribuna, mas vendo o tema importante que v.exa. colocou aqui, gostaria até de aprofundar dois assuntos que abordou: o endividamento do estado, a folha de pagamento e a questão das letras.

Antes disso e para eu não esquecer, quero fazer o registro, deputado Moacir Sopelsa, de que hoje os Estados Unidos comunicaram - eu recebi um telefonema do secretário da Agricultura Enori Barbieri sobre isso - que abriam oficialmente a importação de carne suína do estado de Santa Catarina. Essa é uma luta que remonta governos atrás e todos eles fizeram a sua parte de maneira muito competente. Santa Catarina é um exemplo de sanidade animal - deputado Peninha, v.exa. tem uma vivência nessa área pelas ligações que tem com o setor - e depois de tantos anos de marchas e contramarchas os Estados Unidos abre oficialmente, hoje, a compra de carne suína de Santa Catarina, que é uma atividade econômica muito forte.

Eu, assistindo, hoje, ao *Bom Dia Santa Catarina*, ouvi o empresário Mário Lanznaster, presidente da Cooperativa Aurora, ao ser questionado pela repórter da RBS, falar sobre o aumento do consumo de carne de frango. Dizia ele do bom momento que vive a avicultura no estado. São 15 mil, 16 mil produtores, além do grande volume de empresas. E agora se soma a isso a boa perspectiva também para o produtor de suíno que há muito tempo está pagando para trabalhar. Trabalharam mais por teimosia, por perseverança ou por não terem outra opção e conseguiram manter essa atividade que faz com que Santa Catarina tenha esse destaque.

Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que foi um eficiente secretário da Agricultura, com certeza deve se regozijar com o estado por essa conquista no dia de hoje.

Deputado Antônio Carlos Vieira, eu não entendi bem a posição de v.exa. nessa questão das letras. Porque a posição do senador Raimundo Colombo, que saiu na imprensa, que eu ouvi, é de que ele, em tese, é contra. Ele é contra por princípio. Acha também que vão buscar na Justiça um dia, transformado em precatório, entra na fila etc. etc. Mas que se entenda também que pode ser aberta, em Santa Catarina, uma grande discussão entre o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa, exatamente para a responsabilidade no futuro do governador de Santa Catarina, para não recair em seus ombros uma posição pessoal, unilateral, sobre um valor muito alto. Se for para tratar essa questão da federalização, que seja feita uma grande discussão com a sociedade de Santa Catarina.

Eu me lembro dessas três instituições que o senador Raimundo Colombo colocou: Assembleia Legislativa, Ministério Público e Tribunal de Justiça, de maneira democrática e aberta. Vamos discutir essa questão, até para ver qual é a menos mal para Santa Catarina. Porque pagar precatório ou pagar mensalmente, dentro dos 13%, sempre é remédio ruim, para ver qual é o menos pior para Santa Catarina.

Então, eu digo aqui de público que a posição que eu tenho é a do senador Raimundo Colombo.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Eu também tinha essa posição. Acompanhando pelos jornais, eu estava aplaudindo a posição do senador Raimundo Colombo, mas hoje saiu no jornal, inclusive entre aspas, de que ele teria declarado que o pior seria a transformação em precatório.

Por isso é que estou colocando isso. Talvez os jornais tenham se equivocado. De uns momentos para cá, infelizmente, deputado Antônio Ceron, a imprensa tem levado tanto pau no que diz respeito ao que não diz, que eu acho até que a imprensa errou, porque nos primeiros pronunciamentos do governador eleito ele já declarou que queria fazer com a sociedade todo esse trabalho, no sentido de apurar a melhor forma para o estado pagar essas letras.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Mas a sua posição é contrária. Ele deixou isso bem claro.

Com relação à questão de folha pagamento e ao próprio secretário da Fazenda, que hoje coloca os números na folha, quanto é que se gastou mês a mês, não é nenhuma crítica de endividamento nem do estado de

insolvência de Santa Catarina, mas é um estudo que preocupa.

No momento que se tem um adicional num item de R\$ 600,00 R\$ 700,00, R\$ 800,00, evidentemente que preocupa a todos nós.

Sr. presidente, obrigado por esta oportunidade.

Esse era o tema importante eu queria abordar, que é importante para Santa Catarina, que é a abertura do mercado, mas também há uma discussão muito clara de qual a posição que Santa Catarina deve ter a respeito do encaminhamento dessa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

"Senhor presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores, pessoas que nos assistem pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, tomei conhecimento de um trabalho diferenciado da Fundação Nova Vida que é digno de registro nesta Casa e que vem sendo desenvolvido sob a coordenação da primeira-dama Maria Bernadete Pavan.

Tratam-se de programas e projetos que estão sendo implementados desde abril, de forma a ampliar o atendimento e a integração entre comunidades e municípios, com atenção especial voltada à criança, ao adolescente, à mulher e ao idoso, bem como às pessoas portadoras de deficiência, isso sem deixar de dar continuidade às demais ações já desenvolvidas pela instituição. Ou seja, a Fundação Nova Vida distribui material para as pessoas elaborarem trabalhos manuais. Elas recebem kits com tecidos, linha, lã, agulhas, para o desenvolvimento dos trabalhos manuais, tudo com materiais de boa qualidade.

A idéia é dar significado de revolução na vida às pessoas, para que possam trabalhar, em casa ou em núcleos de idosos, individualmente ou em grupo, abandonando o comodismo e buscando respostas para antigos problemas que não conseguem resolver, que muitas vezes as impedem de viver melhor.

Outro projeto digno de destaque é o Viva a Vida, direcionado às crianças que passam pela situação de estresse em unidades hospitalares. O objetivo é proporcionar momentos de lazer através de atividades livres e dirigidas nas salas de recreação de hospitais infantis do nosso estado, nas chamadas brinquedotecas, que passaram a ser aprimoradas ou instaladas para humanizar o tratamento, oferecendo o lúdico para as crianças que sofrem internação hospitalar.

Além dos brinquedos, a fundação vem doando equipamento de DVDs, livros, jogos de lazer, pedagógicos e conjunto de tapetes emborrachados, visando amenizar a tensão enfrentada pelos pequenos internos da faixa até 14 anos.

Afinal, a felicidade, a atenção, a recreação e o lazer podem amenizar dores e até mesmo contribuir no processo de cura das crianças. É uma forma de humanizar o tratamento, oferecendo o lúdico para as crianças que sofrem internação hospitalar.

Outra iniciativa da fundação é o Projeto Laboratório do Saber, que surgiu da observação das necessidades de recursos

específicos em unidades que atendem a pessoas portadoras de deficiência.

A Nova Vida criou um programa buscando contribuir com o trabalho das instituições através da oferta de materiais didáticos, com propostas pedagógicas adequadas às peculiaridades dos alunos, para melhorar as condições do ensino ministrado nas escolas de educação especial, buscando universalizar o acesso e garantir maior permanência e escolaridade dos alunos. Ou seja, o objetivo é incentivar o desenvolvimento de pessoas com deficiência, através da disponibilização de material específico, proporcionando maior qualidade educacional, capacitando instituições para o trabalho com o público alvo ao qual se destina.

Em nosso estado existem 190 Apaes, das quais 50 já estão sendo atendidas, pois os recursos orçamentários limitados determinaram a prioridade para as Apaes localizadas em municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano - o IDH.

Finalmente, não poderia deixar de citar o Projeto Laços de Amor, que compreende a instalação de brinquedoteca ou do chamado Canto da Criança nos presídios, delegacias de mulher e penitenciárias, atendendo a crianças de zero a 14 anos, cujos pais são apenados em presídios e penitenciárias, bem como filhos que acompanham as mães em delegacias especializadas. Visa humanizar visitas em presídios e penitenciárias de parentes e amigos acompanhados de crianças, bem como o atendimento de mulheres acompanhadas de seus filhos quando do registro de queixa por maus tratos nas delegacias de mulher. Entende-se que, muitas vezes, essas crianças em situações delicadas ficam expostas a um duplo sofrimento, por presenciar o ato da violência e o relato da mesma. Outra situação é a visita das crianças às suas mães presas, que pela ausência de um ambiente adequado não podem interagir com seus filhos de forma humanizada, como é próprio a qualquer mãe fazê-lo.

O Projeto Laços de Amor também pretende despertar o interesse de voluntários e ou profissionais da área da pedagogia, que a partir dos materiais doados trabalhem valores de família, amor de verdade, paz e esperança, para contribuir na prevenção ou para ao menos amenizar a imagem que ficará gravada na mente das crianças e adolescentes que, não por sua própria escolha, frequentam os presídios, as penitenciárias e delegacias de mulher.

A Fundação Nova Vida também realiza atendimentos contínuos de solicitações de óculos, cadeiras de roda simples, especiais, motorizadas, de banho, medicamentos não fornecidos pelo SUS, fraldas geriátricas e infantis. Auxilia no encaminhamento para exames de consultas médicas, fornece, em situações especiais, gêneros alimentícios, próteses, cobertores, cesta básica, roupas de cama, como lençóis, fronhas, cobertores, toalhas de banho e de rosto, equipamentos hospitalares e brindes para instituições.

O dia a dia de quem trabalha com assistência social não se limita ao planejamento; as situações especiais acontecem de modo imprevisto. A diversidade, a dor, o sofrimento, a carência, a necessidade, a ausência de tudo se estampa em cada face de quem procura a Fundação Nova Vida. Um bom exemplo é a ajuda a uma mulher que gerava cinco meninas e que no auge de sua felicidade deparava-se com problemas financeiros para poder se organizar e receber cinco filhas. A fundação contribuiu com o pagamento de todos os exames e consultas médicas, com

a compra de enxovais completos, berços e carrinhos de bebê.

Entidades, associações, clubes de mães e de idosos encaminham diariamente em torno de 50 solicitações de brindes para festas, feiras e bazares, o que contribui para a arrecadação de verbas para a quitação de suas obrigações, bem como para a aquisição de materiais para cursos de artesanato, bordado e, assim, também, colaborar com a receita familiar.

O comprometimento da fundação vai além dos projetos e ações destacadas, em outras palavras, as atividades desenvolvidas e apoiadas têm como meta transformar a sociedade num lugar viável para a convivência das pessoas, independentemente da religião ou classe social nas quais estão inseridas.

É um trabalho voltado para o social que tem à frente a sra. Maria Bernadete Pavan, voltado para o estado catarinense."

Parabéns, primeira-dama!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Ronaldo Benedet, pelos minutos restantes do PMDB.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, parabéns pelo seu pronunciamento sobre a entidade iniciada há oito anos pela sra. Ivete Appel, esposa do ex-governador Luiz Henrique da Silveira, agora aos cuidados da esposa do governador Leonel Pavan, que vem fazendo um bom trabalho.

Venho a esta tribuna, sr. presidente, srs. deputados, falar sobre um tema que fará parte da minha atuação, do meu foco, já no início do mandato na Câmara dos Deputados: a BR-101. Ficamos muito preocupados porque durante 12 anos na função de deputado estadual, durante muitas vezes, tive que ir e voltar de Criciúma praticamente duas vezes por semana, até três vezes, colocando a vida em risco todos os dias, sem nos dar conta da gravidade do assunto.

Neste final de semana, infelizmente, perderam a vida, em Criciúma, deputado Altair Guidi, dois jovens de família da nossa sociedade - um era filho de um amigo de infância -, vítima da BR-101; o outro jovem era neto de uma amiga. Não quero aqui citar nomes para não os expor. Mas o foco é a BR-101.

Deputado Altair Guidi, a BR-101 é como uma casa que custaria R\$ 200 mil para construir e querem gastar apenas R\$ 1 mil por mês. Ai serão 200 meses de obras. E parece que é isso que está acontecendo, só para dizer que está sendo feita, porque as arapucas, as armadilhas, os perigos continuam. Ora, a pista dupla parece uma rodovia de pais de primeiro mundo, como nos Estados Unidos, como a Autoban, na Alemanha.

Podemos sair de uma rodovia duplicada, às vezes até triplicada, e irmos para um desvio com total insegurança. E quem não é um exímio conhecedor e um exímio motorista, aliás, tem que ser um piloto de provas para andar nessa pista, quem não toma todos os cuidados necessários acaba morrendo. Os mais desavisados, os menos experientes, como é o caso dos dois jovens que perderam suas vidas lá no sul do estado de Santa Catarina, e muitos outros, acabam morrendo.

Esta é a minha crítica e precisamos de atenção de pessoas que trabalham no ministério dos Transportes, do governo federal, da área econômica, porque até greve e paralisações de empreiteiros e subempreiteiros ocorreram naquela rodovia.

Ocorre uma licitação para fazer a obra, e o empreiteiro pega por qualquer valor, depois fica se amarrando para buscar aditivos e não sei mais lá o que, fazendo com que a obra não termine nunca. Ora, uma obra que tem 28km, 38km por lote, administrada por empreiteira em boas condições, termina em dois anos. Devido às amarrações de obras públicas, estaduais, e às burocracias, a vida de muitas pessoas têm sido tiradas, como é o caso de obras em hospitais, por exemplo. Mas o caso da BR-101 é um verdadeiro absurdo, um verdadeiro desrespeito com uma região que contribui muito com recursos para o governo federal. O nosso estado contribui com mais de R\$ 3 bilhões em impostos, e não merecemos ver vidas de jovens ceifadas todos os dias, todos os finais de semana, principalmente quando eles saem nas noites, nas noitadas, que é quando ocorrem acidentes fatais numa rodovia que possui a ilusão de uma duplicação, porque de repente falta uma divisória, como aconteceu em um dos acidentes que citei, uma barra de proteção, e as pessoas, iludidas com uma estrada de primeiro-mundo, com uma autoestrada duplicada, às vezes triplicada, acabam envolvendo-se em acidentes.

Gostaria de expressar a minha indignação pelo atraso daquela obra, pela falta de comprometimento daqueles que são os responsáveis por ela, como a Polícia Federal, os órgãos de fiscalização, que deveriam estar fiscalizando, controlando e orientando para que estivessem protegendo vidas e evitando que tantos jovens morressem.

Quantos jovens mais precisarão perder suas vidas para que se termine essa infeliz estrada, que é a BR-101?

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não, deputado Altair Guidi. V.Exa. conhece esse assunto e sofre, assim como eu, durante muitos anos, por ter que colocar a vida em risco.

O Sr. Deputado Altair Guidi - Deputado Ronaldo Benedit, o que v.exa. levanta neste momento é de relevante interesse para o sul de Santa Catarina.

A nossa situação do sul do estado depende muito dessa grande obra. Em março do ano passado a secretaria de estado do Planejamento fez um levantamento de que, naquele ritmo, aquela obra só ficaria pronta daqui a 20 anos. Esse relatório, o governador do estado, à época, encaminhou ao ministro dos Transportes que simplesmente desconhecia o fato de a obra estar naquele estado. Agora, o governador diz que vai fazer o trem-bala do Rio a Campinas, São Paulo, em quatro anos, e já não sei se é só propaganda ou mentira. Nós, moradores do sul do estado de Santa Catarina temos sofrido muito mais do que poderia sofrer qualquer região do país em função de uma obra federal.

Tudo isso é lamentável, mas aprovo sua conduta em assumir esse trabalho de duplicação da BR-101, para que tenhamos tempo de vida para ver essa obra pronta, porque o tempo está passando e a vida de vários amigos nossos e de muitas pessoas já ficaram naquela estrada.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito obrigado, deputado Altair Guidi, pelo seu pronunciamento, e reafirmo o meu compromisso.

O primeiro ato em Brasília será o acompanhamento *pari passu* daquela obra, objetivando o seu término, porque a duplicação norte não demorou tanto tempo. Precisamos terminar aquela obra com todas as suas neces-

sidades de segurança, para que se deixe de perder vidas, principalmente vidas jovens, como estamos perdendo no sul do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputadas e srs. deputados, aproveito este espaço, do horário do PSDB, para fazer algumas reflexões sobre o momento político que vivemos neste país.

Acabamos de sair de uma eleição, praticamente em todos os níveis, e o que mais escutamos daqueles que venceram as eleições é falar de reforma política, reforma tributária, enxugamento da máquina etc. São palavras-chave que normalmente escutamos na época de pós-eleição.

Sobre a reforma política comenta-se muito do voto em lista, a discussão do voto distrital, discussão de financiamento de campanha. São três pontos mais falados quando o assunto é reforma política. Quando se fala em reforma tributária, ouve-se bastante em desonerar a folha de pagamento, criar isonomia do ICMS para os estados e por aí afora.

O deputado Antônio Carlos Vieira, meu querido amigo, e é uma satisfação enorme vê-lo aqui, sabe melhor do que eu o quanto se comenta, neste momento, essas questões tributárias. Sobre o enxugamento da máquina escutamos sempre em diminuir o número de ministérios, de secretarias, e muito raramente se ouve falar em diminuir o número de funcionários.

Nós estamos acompanhando, paralelamente a tudo isso aqui no Brasil, um verdadeiro desmonte em questões econômicas na Europa, como na Grécia, mas a bola da vez me parece ser a Irlanda do Norte, embora haja problemas sérios com Portugal e Espanha, tudo por conta do inchaço da máquina, do gasto maior do que se ganha, da desvalorização natural do euro.

Se formos levar a sério a questão da reforma política, acho que o primeiro grande passo seria enxugar o número de deputados e senadores. Esse seria o primeiro passo, diminuir o número de deputados federais.

Alguém, em sã consciência, acredita que são necessários 513 deputados federais em Brasília para resolver as nossas questões? Alguém, em sã consciência, acredita que é necessária toda aquela estrutura do Senado para votar o que já foi votado na Câmara Federal? E ninguém discute isso. Alguém acredita que aqui são necessários 40 deputados para votar os projetos? E alguém se atreve a tocar nisso? Ninguém!

Então, a questão do dedo na ferida ninguém coloca. Vai-se achar uma alternativa e vamos ter novamente uma perfumaria. Logo vamos discutir a reforma política, mas eu duvido que se vá realmente a fundo na questão da reforma política. Assim, como duvido também que se vá a fundo na questão da reforma tributária. A reforma tributária teria que começar pelo desoneramento da folha de pagamento das empresas. Esse era o primeiro passo para que houvesse condições de respirar. Já ouvi isso, mas duvido que alguém se atreva a fazer alguma coisa nesse sentido.

A criação da isonomia do ICMS nos estados é capaz de acontecer. Muito bem! E o enxugamento da máquina? Alguém, por acaso, se atrevera a mexer na tal da estabilidade do emprego, que dá estabilidade para quem quer trabalhar, mas também dá estabilidade para um bando de gente que não quer nada com o basquete? Alguém se atrevera a tocar nisso? Não, claro que ninguém se atrevera a tocar nisso! Mas como é que se vai enxugar a máquina, como é que se vai tirar o joio do trigo desse meio, se há na sua frente a tal da estabilidade do emprego? Essas são questões fundamentais para se resolver essas coisas que acabei de falar aqui.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Nilson Gonçalves, prometo ser breve.

Como eu sou formado em Administração de Empresas - e cheguei a ir à Alemanha fazer um curso de Gestão -, essa colocação de v.exa. realmente interessa-me diretamente e traz tudo aquilo que eu aprendi na vida. Eu aprendi uma lição em todos os cursos e seminários que participei. A grande lição que todo mundo sempre me deu foi a mesma que aprendi em casa com o meu pai e a minha mãe, ou seja, que nenhum governo é verdadeiramente governável, se ele, primeiro, não tiver o controle das suas contas. Se ele não fizer a lição de casa, e que a nossa família também tem que fazer, que é gastar menos do que arrecada, não será governável. E os governos federal, estaduais e municipais têm que fazer isso.

O que eu quero dizer com isso é que qualquer reforma política, qualquer reforma tributária, qualquer reforma administrativa, ou qualquer ato de gestão que seja dado, não vai valer a pena, se não seguir essa regra básica. Primeiro, deve-se seguir essa regra básica! E aí, sim, seguindo a regra básica, tudo o que for feito vai ajudar a melhorar o estado brasileiro.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. sabe por que não sai a reforma política? Ela não sai porque é do interesse dos parlamentares que não aconteça. Em qualquer reforma política que for feita a decisão é única e exclusivamente deles. Ela não é nem dos partidos! Ela é dos próprios parlamentares! Eles é que vão decidir!

V.Exa. sabe por que não sai a reforma tributária? Porque o interesse é dos governadores que comandam as suas bancadas! "Ah, ou perde ou ganha em qualquer reforma tributária". Vou citar o exemplo de São Paulo. Em qualquer reforma tributária que se imaginar neste país, São Paulo vai perder. E São Paulo, quer queiram ou não, tem mais parlamentares. E aí esbarra em tudo.

V.Exa. sabe por que não sai o enxugamento da despesa? Porque a toalha é curta!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Obrigado, deputado Antônio Carlos Vieira.

Mas voltamos para a Casa. Nós teremos aqui uma realidade bastante séria, a partir do ano que vem. Vamos passar a pão e água, quem sabe, nos próximos quatro anos. Não se sabe! Mas poderíamos começar o dever

de casa por aqui. Pelo amor de Deus! Trinta e seis secretarias de Desenvolvimento Regional é o maior absurdo que eu já vi na minha vida! Poderíamos começar por aí!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência suspenderá a sessão até as 16h, quando entraremos na Ordem do Dia. Enquanto isso, alguns deputados podem concluir os seus trabalhos nas devidas comissões.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Pedimos que os srs. deputados que estão nos seus gabinetes desçam ao plenário para que possamos realizar a Ordem do Dia que, a partir de agora, será sempre às 16h, para que todos tenham a condição de ter o seu agendamento para estar presente neste horário.

Também ratifico aos srs. líderes a reunião marcada, no gabinete da Presidência, às 17h, para que possamos discutir a forma como conduziremos as reuniões das comissões até o final desta legislatura, que, se espera, irá se encerrar no dia 15 de dezembro.

Por isso ratifico o convite aos presidentes das comissões de Finanças, de Justiça e de Trabalho, que são as três comissões que têm maior demanda de projetos, bem como aos srs. líderes, para definirmos um calendário para essas ações que deverão ser feitas até o final do ano.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0124/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que denomina Escola do Vime Antonio Amauri de Souza o Centro de Treinamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri -, localizado no Parque de Exposições Caetano Costa Sobrinho, no Município de Rio Rufino.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0159/2010, de autoria do deputado Marcos vieira, que denomina Rodovia dos Cavalheiros o trecho da rodovia SC-350 compreendido entre os municípios de Abelardo Luz e Passos Maia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0250/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que

denomina Pedro de Alcântara Ribeiro o trecho Bom Jardim da Serra - Rio Mantiqueira da rodovia estadual SC-438.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0549/2010, de autoria do deputado Flavio Ragagnin, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, também, que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.162/2010, 1.163/2010, 1.164/2010 e 1.165/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 1.166/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.168/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.169/2010, 1.170/2010, 1.171/2010 e 1.172/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Requerimento n. 1.167/2010, de autoria do deputado Flavio Ragagnin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Cidades, solicitando o aumento do teto do programa Minha Casa, Minha Vida.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0078/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, manifestando apoio à aprovação do PLP n. 379/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0079/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada aos deputados federais catarinenses, apelando esforços no sentido de fazer constar no Orçamento da União verba destinada à implantação de uma unidade de Polícia Marítima da Polícia Federal, no município de Joinville.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, esta moção, na verdade, é fruto de uma conversa que nós tivemos com os policiais federais de Joinville. E chamo a atenção dos deputados Darci de Matos e Nilson Gonçalves, que são também daquela cidade.

Existe em Itajaí, e agora está sendo formada aqui em Florianópolis, a Delegacia de Polícia Marítima da Polícia Federal - e nada a

ver com a Marinha, ela é da Polícia Federal -, que cuida especificamente da legislação e da fiscalização dos crimes ambientais federais.

Lá em Joinville foi criado um grupo especial de Polícia Marítima. E há naquela cidade o Porto de São Francisco do Sul, o porto, que será inaugurado nos próximos dias, de Itapoá, e a Baía da Babitonga, que precisam ter uma fiscalização específica da Polícia Federal.

Eu levei para o secretário Manoel Mendonça essa informação, sr. presidente, porque eu gostaria que a Polícia Federal pudesse apresentar para o conselho de Desenvolvimento Regional de Joinville esse pedido.

Deputado Nilson Gonçalves, eles possuem, ao lado do Joinville late Clube, uma área que foi doada para a construção de uma delegacia. E o deputado Mauro Mariani esteve nessa reunião e ficou de levar para a bancada dos deputados federais e os senadores de Santa Catarina o pedido para que seja colocada uma emenda para que se possa, pelo menos, ter uma rubrica ou uma emenda específica no Orçamento Geral da União para a construção dessa delegacia. Isso vai ser de extrema importância. Quando se fala na Delegacia Especial da Polícia Marítima da Polícia Federal não é apenas na delegacia por conta dos portos, que os navios trazem muitos imigrantes de outros países, mas até - e eu estava conversando sobre isso com eles - no cumprimento do defeso.

Deputado Moacir Sopelsa, eles me contaram por que os pescadores nativos esperam o tempo da tainha - e dizem: "Vai dar tainha, vai dar tainha" - e não dá tainha. Quando chega o frio, dá tainha. Mas por que chega o frio e não dá tainha? Porque os grandes navios já pegaram tudo ilegalmente. E a Delegacia Marítima da Polícia Federal também combate esse crime.

Por isso, eu gostaria de pedir a aprovação dessa moção a todos os deputados, para que a mesma seja encaminhada aos deputados federais e aos senadores de Santa Catarina, no sentido de garantir recursos para a construção de uma delegacia, em Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Kennedy Nunes, quem mora no litoral e vive a questão da safra da tainha, sabe que a tainha aparece quando chega o mês de maio. E, hoje, os grandes barcos estão destruindo toda a safra da tainha. É preciso haver um projeto, deputado Kennedy Nunes, que faça a defesa da tainha na época da desova. Eu vou ficar frustrado se neste mandato não trouxermos um projeto que possa garantir o prazo de 90 dias para a desova da tainha, para a preservação dessa espécie que está acabando no Brasil.

Então, eu também vou votar a favor. E quero dizer que, posteriormente, apresentaremos um projeto e iremos a Brasília buscar uma alternativa para que o Brasil possa reviver o que acontecia no passado, os pescadores com tarrafa pescando nas barras, que hoje desapareceram, porque os grandes barcos levam tudo.

Então, só com uma lei preservando essa espécie na época da desova vamos ressuscitar a tainha no Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0125/2010, de autoria de deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações sobre o subsídio vitalício previsto no art. 195, da Constituição Estadual, em favor do ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Elizeu Mattos) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu não vou falar da tainha.

Eu peço que este pedido de informação seja retirado, porque o deputado Padre Pedro Baldissera não está presente e há algumas coisas que eu não entendi, porque repete o que já foi respondido. E aqui ele faz um pedido ao secretário da Administração sobre até quando vai a suspensão, para o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, do subsídio vitalício. E eu acho que não é para o secretário da Administração que deve ser dirigido esse pedido, mas sim ao governador.

Eu pediria que o pedido de informação fosse retirado hoje para que eu pudesse entendê-lo, porque já foi respondido e também para poder debater com o deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. PRESIDENTE (Gelson Merisio) - O deputado Padre Pedro Baldissera não está presente, mas tenho certeza de que concordaria com a sua colocação. O pedido de informação está retirado e será incluído na pauta de amanhã, com a presença ou não do deputado Padre Pedro Baldissera.

Está encerrada a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Dado Cherem, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - O assunto da tainha, eu vou deixar para o pessoal de Joinville e de Araranguá, deputado Vieirão.

Sr. presidente, sra. Deputada, srs. deputados, assomo à tribuna, na tarde de hoje, para dividir com v.exas. e com a sra. deputada um problema que tem atingido todas as regiões, cada vez mais de maneira latente, e que vem causando sérios problemas à saúde das crianças e das famílias. Não existe nada mais perverso do que, num momento de dor, de sofrimento, ter que separar uma criança do seu lar ou ter que separar uma criança dos seus pais quando for fazer um tratamento mais complexo de saúde ou precisar de uma especialidade pediátrica que não é contemplada na sua região de origem.

Hoje, em Santa Catarina, praticamente dois hospitais fazem esse tipo de tratamento, o Hospital Joana de Gusmão, aqui em Florianópolis e, mais recentemente, o Hospital Infantil Jeser Amarante Faria, em

Joinville, que foi credenciado para que pudesse dividir essa responsabilidade com o município de Florianópolis.

Mas, na medida em que a Medicina avança, os tratamentos se modernizam e também aumenta a demanda. Com certeza, até pela expectativa do nascimento de mais crianças, pela perspectiva de vida maior, aumenta-se essa demanda em todo o estado de Santa Catarina.

E quero aqui dizer aos srs. deputados e a sra. deputada Professora Odete de Jesus que vou começar uma série de audiências públicas, juntamente com os deputados Serafim Venzon, Elizeu Mattos, que já se mostraram favoráveis, e com o futuro e novamente deputado Volnei Morastoni, para que se possa começar a discutir a alta complexidade em Pediatria, no sentido de levar as especialidades difíceis, vamos assim dizer, para o Hospital São José, na cidade de Criciúma.

Vamos fazer essa audiência pública também em Lages. Existe lá o Hospital Infantil Seara do Bem, terra do deputado Elizeu Mattos e do governador Raimundo Colombo.

Também faremos audiências em Itajaí, onde existe o Hospital Pequeno Anjo, e vou falar especificamente desse hospital porque está ancorado pela Univali, que oferta dez cursos na área de saúde, para dar suporte a essa proposta. Mas, com certeza, vamos continuar fazendo rifas e, como bem colocou aqui o deputado Elizeu Mattos, pedindo socorro para tentar arrumar cobertores, lençóis e poder dar dignidade a determinado hospital.

Precisamos ter a consciência de que realmente é necessário fazer saúde para valer ou vamos continuar nessa agonia, cada dia maior, em todos os cantos deste grande Brasil.

É muito importante que tenhamos a visão de levar esse serviço para o interior do estado de alguma forma, com transferência de teto financeiro, por exemplo, em que o estado transfere uma parcela dos seus serviços, mas também transfere o recurso financeiro que é pago pelo ministério da Saúde, para que se possa ofertar esse serviço. Mas se o estado entender que seu Orçamento não é compatível somente com esses recursos, nós poderemos - através, sim, dos deputados desta Casa, eleitos para um novo mandato de deputado federal - sensibilizar o ministério da Saúde, para transferir para Santa Catarina o aumento desse teto financeiro. E assim poderemos, deputado Serafim Venzon, pelo menos, oferecer quatro especialidades básicas de alta complexidade, porque muito castiga a família e a criança ter que separá-los num momento de dor e de sofrimento.

Podemos começar com a especialidade em que conseguimos profissionais mais rapidamente, como a ortopedia pediátrica, como a neurocirurgia infantil. Podemos, mais tarde, avançar para a oncologia pediátrica, para a cirurgia cardíaca infantil. Esse seria o início. E com certeza posso ser questionado por que quando secretário de estado da Saúde não o fiz. Não o fiz porque levamos, em primeiro lugar, o tratamento de alta complexidade para o interior do estado para adultos, como a oncologia, a cardiologia, a saúde auditiva, a ortopedia, a neurocirurgia. E por que para os adultos? Primeiramente, estávamos com condições para que os hospitais pudessem receber essa especialidade. E, em segundo lugar, porque é muito mais fácil achar um cirurgião cardíaco adulto do que um cirurgião cardíaco infantil.

Então, agora, estamos vivendo um novo momento. Essa é uma vontade do gover-

nador eleito. E, com certeza, com o novo modelo que se apregoa no ministério da Saúde, eu tenho certeza de que nós haveremos de avançar nessa questão. Mas para isso precisamos do apoio dos srs. deputados desta Casa, porque com certeza em todas as regiões que v.exas. têm a sua base parlamentar, têm aumentado nos últimos anos a demanda de pais e mães desesperados, procurando tratamento para uma criança ou um adolescente.

Por isso, faço esse apelo aqui, srs. deputados, para que também entrem nessa causa, nessa luta, porque é de todos nós.

Agora, quero fazer o convite para, no dia 22, às 9h, no auditório da Amfri, debatermos na região de Itajaí. E depois, em comum acordo com os deputados das respectivas regiões do sul e da serra, vamos propor novas datas para discutir naquelas regiões.

Srs. deputados, quero aproveitar hoje também a manchete do *Diário Catarinense*. Gostaria que os srs. deputados prestassem atenção. Acredito que todos leram sobre o quanto está sendo investido pelos municípios e viram a colocação quando se fala em saúde pública. Nos primeiros lugares estão, pelo menos, Criciúma, Blumenau, Joinville, Florianópolis e São José. E aí volta aquela velha tese: é a teta do estado sustentando novamente os municípios da grande Florianópolis, enquanto os demais municípios têm que obrigatoriamente fazer a lição de casa. Parece que aqui se passou um tempo em que a saúde estava sendo sustentada pelo estado. E aí perguntam: "Por que no hospital Regional de São José vive lotada a emergência?"

A resposta está nas páginas do *Diário Catarinense* de hoje. Enquanto os prefeitos do interior do estado são cobrados diariamente pela sua população, aqui parece que isso não acontece, porque o problema é do estado.

Era isso o que tinha a dizer, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a pedido da FCDL, quero comunicar aos nobres deputados e deputadas que a reunião da Frente Parlamentar do Varejo, presidida pelo eminente deputado Edison Andriano, foi transferida para amanhã no mesmo horário, às 17h, na sala da imprensa, visto que hoje às 17h o presidente, deputado Gelson Merisio, convocou uma reunião com as lideranças para tratar de assuntos de interesse desta Casa.

Então, srs. deputados, a reunião da Frente Parlamentar do Varejo está transferida para amanhã, às 17h, na sala da imprensa, da Assembleia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

Quero cumprimentar muito carinhosamente a presidente da Fundação Nova Vida, dona Bernadete Pavan, juntamente com uma grande equipe de colaboradoras, e faço aqui questão de citar o nome de pelo menos

quatro coordenadoras: a sra. Regina Gonzaga, a sra. Darci Malta, a sra. Rosa e a sra. Clara Bernardes. Essas mulheres, junto com a primeira-dama e com as demais colaboradoras da fundação, prestam um extremo trabalho social, carinhoso, aquela mãozinha que o governador gostaria de estender em cada casa de Santa Catarina, e elas o fazem em nome do governador.

Eu, pessoalmente, no sábado, estive em Itajaí visitando um paciente que em abril do ano passado foi ao médico porque estava urinando sangue coagulado. E, como v.exas. sabem, a estrutura mais organizada que existe é o SUS. É tão organizada que as filas vão-se organizando por todas as partes. E aqui em Santa Catarina, se não fosse o esforço grande do deputado Dado Chereim, seu empenho e dedicação especial, certamente o SUS estaria muito pior. Mas ainda deixa muito a desejar, como já disse aqui várias vezes, por causa das tais gestões plenas. Existem 26 gestores em Santa Catarina, 25 nos municípios, mais o secretário da Saúde, que no caso era o deputado Dado Chereim.

Esse paciente que citei há um ano e meio foi ao médico porque urinava sangue. Ele entrou numa fila e não sabia quando seria chamado. E por azar entrou numa fila onde acabou fazendo um ultrassom de araque, cujo laudo foi normal. Mas ele continuou na fila, até que um médico o atendeu caridosamente.

Não sou contra a caridade. Todos nós precisamos ser caridosos, mas não podemos contar apenas com a ação caridosa desse ou daquele. Então, aquele médico resolveu discordar do ultrassom, fez um novo exame e encontrou um grande tumor. Aí ele entrou na fila das pessoas com tumor de bexiga. E agora, em outubro, graças à intervenção da primeira-dama, que por uma ação caridosa pagou o procedimento, ele foi atendido.

Por isso, eu disse que o SUS é a estrutura mais organizada que existe. Isso não é do estado, é nacional. Ele é tão organizado que vai excluindo o doente, o qual vai ganhando um "não" dentro da organização. Por exemplo, um cidadão de Itajaí, se não fosse ali atendido, não pode ir a Blumenau para ser atendido por um médico, amigo dele, nem ir a Brusque. Ele só pode ser atendido em Itajaí. A gestão plena diz que se você é de Itajaí tem que ser atendido no município. Se por algum problema o cidadão não for atendido, ele vai morrer ali, sem ser devidamente atendido.

Então, a questão de saúde é muito mais do que saúde, dinheiro, gestão. Precisamos mudar algumas coisas, porque foram elaboradas para serem boas. Mas isso trouxe um exemplo prático, real, de alguém que ficou um ano e meio na fila, com câncer de bexiga, e foi operado porque a primeira-dama entrevistou.

Por isso, cumprimentei a equipe da Fundação Nova Vida, que pagou o procedimento, e daí ele foi atendido; senão, ele ainda estaria na fila, e sabe-se lá quando seria chamado.

Então, quero cumprimentar o deputado Dado Chereim, que disse, antes do meu pronunciamento, que o SUS precisa aumentar, e muito, o valor repassado. Estão nas manchetes de hoje que apenas 59% dos tributos que Santa Catarina paga voltam para o estado. Teoricamente, de alguma maneira, em forma de saúde, de educação, de vigilância, de ação pública do governo, teriam que voltar 100%.

Se existisse uma reforma tributária, o imposto cobrado em Santa Catarina teria que ficar em nosso estado; o imposto cobrado no

Paraná teria que ficar no Paraná e assim por diante.

Aqui, no caso de Santa Catarina, dos 100% que vão para Brasília, apenas 59% voltam para cá. Os restantes 41% vão para outros lugares. Certamente tudo isso seria modificado, se existisse a tal da reforma tributária que o Lula não fez porque achou que havia alguma dificuldade política. Mas agora, dos 513 deputados, 311 são da base governista, mais outros tantos também são favoráveis à reforma tributária, os quais darão apoio para que aconteça essa tal de reforma e assim possamos promover uma justiça tributária melhor.

Em nível de Senado, dos 81 senadores, mais de 50 senadores são da base do governo. Por isso, tanto na Câmara Federal quanto no Senado existe, politicamente, a possibilidade de ser votado facilmente, para poder aumentar, a partir daí, os recursos, principalmente, para as ações sociais.

Na Saúde, poderia ser criada a fila da hérnia, mas alguma fila deve existir, mas eu não consigo imaginar alguém com câncer ser colocado na fila para esperar para ser operado sem sequer ninguém dizer a esse paciente por quanto tempo terá de ficar esperando. Deviam dizer, pelo menos, que dentro de 40 dias seria chamado para resolver o seu problema. E dois meses deveria ser o prazo máximo para o paciente ser operado. Nesse período, ele teria que ser chamado, para sanar o problema. Mas não, além de não estabelecerem um prazo, não colocam isso no papel.

Eu, como médico, quando faço um encaminhamento, já escrevo na folha que estou encaminhando tal paciente com câncer de bexiga, para o doente também entender. Se eu colocar no papel neoplasia ou outra palavra que ele ache que não é uma doença grave, ele fica sem pressa, esperando alguém que não vai chamá-lo nunca ou que vai demorar muito.

Eu quero cumprimentar o governador Leonel Pavan - não em solidariedade -, porque os jornais do estado estão apresentando, de certa maneira, a questão das contas. E o governador eleito Raimundo Colombo está passando por um período extremamente estressante pensando na equipe que vai escolher para auxiliá-lo e está analisando também as contas que muitas vezes são apresentadas a ele, em que a interpretação acaba sendo equivocada.

As contas públicas, que em 2008 correspondiam a 36,20% da arrecadação, no começo de 2010 eram 35,76, sendo que agora, em 2011, vão passar para 48%, quase 50%. Essa alteração que o governador Leonel Pavan fez foi para atender a uma necessidade, mas até 52% da arrecadação pode ser, sim, usada com a folha. Então, os quase 49% estão dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. E, mesmo não tendo sido a vontade explícita do governador, foi bom, porque assim os funcionários irão ganhar melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Valmir Comin, que está presidindo esta sessão, srs. deputados, deputado Flávio Ragagnin, sra. deputada, imprensa e todos que nos assistem, no domingo estivemos em Seara participando da VII Festa Estadual da Carne Suína, ocasião que foram feitas algumas homenagens aos pioneiros na criação de suínos naquele município. São pessoas com mais de 80 anos, aliás, o critério para

homenagear essas pessoas é que elas tenham mais de 80 anos e que morem lá há mais de 50 anos.

Eles contavam, através dos relatos em seus currículos, que uma vez perderam todos os seus animais por causa da peste suína. Foi uma peste suína mesmo, deputado Antônio Carlos Vieira, não foi aquela famigerada peste suína africana que nós, graças a Deus, não temos. Mas teria sido pior se tivéssemos realmente perdido o rebanho. Só vimos isso através da grande imprensa, através das notícias e de prejuízos que o país teve.

Isso me fez voltar atrás e pensar quanto essas pessoas devem ter padecido naquela época para voltar a produzir esses rebanhos. Depois, um deles deu um depoimento de que, a partir de uma matriz que restou do rebanho, voltou a produzir. Muitos até deram um depoimento também de que a família Paludo - nós tivemos, nesta Casa, um deputado dessa família - teria incentivado esses agricultores a voltar a produzir esses rebanhos.

Então, hoje em Seara, em Xavantina, em Concórdia e naquela região do meio-oeste tem-se, quem sabe, a concentração maior da suinocultura do país. Considera-se que Xavantina tenha a maior concentração do mundo de suinocultura.

Realmente é uma atividade que tem uma participação muito forte na economia do nosso estado. Além disso, pudemos ver quanto a festa cresceu e desenvolveu. Estavam lá pessoas de várias partes do país e de fora dele valorizando o produto, a carne suína, como produtores, expositores, pessoas que prepararam pratos dos mais diversos tipos. E nós tivemos a oportunidade de participar da degustação de muitos pratos que foram avaliados num concurso como um dos melhores pratos apresentados.

Vários deputados e governadores já foram secretários da Agricultura em nosso estado, como o deputado Antônio Ceron, o deputado Odacir Zonta, o deputado Gelson Sorgato, o nosso sempre e ex-governador Wilson Kleinübing, mas depois que ocorreu a peste suína africana no estado não se vendeu mais carne suína para os Estados Unidos. Isso já faz mais de 30 anos. Mas hoje, pela manhã, eu recebi uma ligação telefônica do ex-governador Luiz Henrique, o qual me disse que tinha recebido um telefonema do Pedro de Camargo, presidente da Abipecs, comunicando que os Estados Unidos publicaram esta semana, no seu *Diário Oficial*, a abertura, mais uma vez, da possibilidade de compra da carne suína de Santa Catarina.

Portanto, voltamos a atingir aquilo que tínhamos há 30 anos, que foi prejudicado por causa dessa famigerada peste suína africana, que nos causou um sofrimento muito grande.

Os Estados Unidos, deputado Antônio Carlos Vieira, podem não ser um grande comprador da carne suína de Santa Catarina, mas no momento em que conseguirmos a abertura do mercado daquele país nós iremos abrir o nosso mercado para o mundo todo.

Os Estados Unidos são muito criativos, muito tecnificados nessa questão da avicultura e da suinocultura e vendem para o mundo todo. Só a Itália compra dos Estados Unidos aquilo que Santa Catarina produz. Não é pouca quantidade, srs. deputados. E no momento em que os Estados Unidos disserem que há qualidade no nosso produto, que podemos vender para eles, isso vai nos abrir, com certeza, o mercado da Europa e do Japão.

Há pouco eu falava ao deputado Flávio Ragagnin que iremos dar dias melhores

aos nossos produtores, porque os últimos três anos foram de sacrifício. Foram três anos em que o nosso produtor pagou a conta, sobrevivendo, aqueles que tiveram muita competência. Muitos não conseguiram sobreviver, mesmo com vontade, com persistência, quebraram na estrada e não puderam mais sustentar sua atividade. Espero que aqueles que tiveram a felicidade de continuar possam agora, com a abertura desse mercado, agregar valor ao seu produto, e que o estado de Santa Catarina volte a ser o exportador de carne suína que foi um dia.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não! Ouço v.exa. que também foi secretário de Finanças, que conhece esse setor e sabe quanto é importante esse produto para o nosso estado.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Moacir Sopelsa, realmente é muito importante essa decisão dos Estados Unidos da América em abrir para Santa Catarina esse comércio de suíno, que é a grande conquista do nosso estado.

Entre os nomes que v.exa. citou, acho que até houve algum esquecimento, e isso eu não posso deixar que aconteça. Eu gostaria de incluir Victor Fontana, que foi um grande batalhador na criação de suínos, na implantação da suinocultura em Concórdia e Seara, juntamente com Atilio Fontana. Ele foi o grande braço direito de Atilio Fontana. São pessoas que devem ser até hoje homenageadas por todos nós, que são muito mais jovens, mas que conhecem um pouco dessa história, dessa indústria e que só elevam o nome do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Vieira. Quero agradecer a v.exa., que faz justiça, lembrando o nome do dr. Victor Fontana, que foi também nosso vice-governador, secretário da Agricultura e uma das primeiras pessoas que tratou da importação de suínos dos Estados Unidos, para melhorar o nosso material genético. Se Santa Catarina hoje é o estado de excelência que é devemos muito ao dr. Victor Fontana.

Fico muito grato por v.exa. ter lembrado de um amigo do meu pai, Faustino Sopelsa, o qual, quando vivo, prezava da sua amizade. Meu pai foi um dos primeiros suinocultores a ser atendidos pelo dr. Victor Fontana.

Por isso quero deixar registrada neste dia a minha alegria por saber dessa possibilidade de exportação de suínos para os Estados Unidos. Quando recebi a informação do nosso ex-governador Luiz Henrique da Silveira, temos que reconhecer aqui que ele foi um dos grandes lutadores para que as coisas pudessem acontecer, para que a suinocultura pudesse crescer, pois no seu governo houve, em muitos momentos, a isenção de tributos e de ICMS.

Os agricultores ficaram também hoje muito felizes ao me passarem essa informação. Fico muito grato e espero que na nossa produção de suínos os nossos produtores possam ter dias melhores.

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - V.Exa. me permite um aparte.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - Deputado, é um momento de euforia e v.exa. colocou muito bem a participação de todos, que foi importante. Mas uma coisa que tem que ser destacada é que o suinocultor do oeste de Santa Catarina cumpriu com a legislação ambiental. Eles sofreram e investiram, houve muita discussão, houve muito problema, dizia-se que o oeste era só poluição, e não é. Então, o suinocultor está cumprindo com a sua obrigação na questão ambiental.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado.

A verdade é que o produtor de Santa Catarina tem respeitado o meio ambiente. E eu costumo dizer sempre que os rios começam a ficar destruídos depois que passam pelas cidades. Enquanto eles vêm do campo, a água é limpa e pode ser aproveitada. Então, temos que se dar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Dado Cherem - Darci de Matos - Edison Andrinio - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** - Manifesta-se a respeito das pendências financeiras do estado (letras, debêntures, SC-401); reporta-se ao Pró-Emprego.

**DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN** - Reporta-se ao art. 170; aborda a abertura do mercado europeu à carne suína.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Elogia o sistema sanitário catarinense.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Tece considerações a respeito da instalação do estaleiro da OSX em SC.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Enfatiza a morosidade dos órgãos ambientalistas em emitir parecer.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Tece considerações a respeito da instalação do estaleiro da OSX em SC; registra posição favorável no sentido de mais recursos em favor da mobilidade urbana de Joinville.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Externa sua posição em relação à decisão da OSX em se instalar no Rio de Janeiro.

**DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN** - Ressalta a responsabilidade do estado com relação à distribuição de medicamentos de uso contínuo.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Cumprimenta o governador Leonel Pavan por obras em Brusque.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** - Aborda a ressurreição da CPMF.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Enfatiza necessidade do pagamento da desapropriação para a população atingida pela barragem do rio do Salto.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Registra o falecimento da professora Sali Frecci.

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Solicita a retirada do PL 0115/2010.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Manifesta indignação pela não-instalação do empreendimento da OSX em SC.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Expõe preocupação com a repercussão negativa para SC pela ida da OSX para o Rio de Janeiro.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Registra que os proprietários de Jurerê Internacional são contra o empreendimento da OSX em SC.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados aqui presentes, srs. deputados que nos ouvem dos seus gabinetes, público que nos ouve através da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, minhas senhoras, meus senhores. Realmente o que se fala nesta tribuna dá uma boa repercussão. Hoje o jornal *Diário Catarinense*, traz a seguinte notícia:

(Passa a ler.)

"Caso das Letras

Para Colombo, Santa Catarina não vai precisar federalizar a dívida.

O demista cogita permitir a emissão dos precatórios para, no futuro, negociar um deságio de até 50% com os credores. Colombo acredita que, desta forma, a economia para os cofres públicos seria maior".

Eu acho que ele está concordando comigo, e fico muito satisfeito. Inclusive essa mesma notícia dá a informação de que este deputado, ex-secretário de Amin, é contra. Não! Sou contra a posição dele de ontem, mas com a de hoje sou favorável.

A informação de ontem é a seguinte:

(Passa a ler.)

"O demista considera que a proposta de transformar as letras em precatório seria o pior modelo para o estado." Sou contra a isso. Agora, com o que ele está querendo fazer sou a favor.

Vejam a repercussão desta tribuna, desta Assembleia. É importante e precisamos aqui, srs. deputados, discutir os assuntos de Santa Catarina, até para interesse do futuro governo, é muito bom. E hoje o que me faz muito bem é saber, através do jornal, informações, que nós, humildes mortais, não sabíamos, não tínhamos.

Eu estava querendo descobrir qual teria sido o prejuízo para Santa Catarina, quando da entrega do Besc para o Banco do Brasil, sobre todo o projeto, srs. deputados, envolvendo o leilão do Besc, no sentido de não entrar dinheiro no caixa do Tesouro, mas somente para pagar dívida do estado com a União. Mas no governo Luiz Henrique da Silveira não aconteceu isso. O Besc foi entregue para o Banco do Brasil, e entrou, sim, dinheiro no caixa do Tesouro. E fiquei com a pulga atrás da orelha, querendo saber quanto essa brincadeira traria de prejuízo para o estado.

Hoje, o jornal *Diário Catarinense*, na parte de vantagens e desvantagens, diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"A dívida catarinense começou em R\$ 2,6 bilhões, mais juros e correções a levaram ao patamar de R\$ 7 bilhões entre 2004 e 2007. A incorporação do Besc ao Banco do Brasil somou mais de R\$ 2 bilhões."

Estou satisfeito! Esse foi o pequeno prejuízo que se deu ao estado de Santa Catarina, na entrega do Besc ao Banco do Brasil. E o Banco do Brasil pagou em dinheiro, reforçando o caixa do Tesouro naquele momento.

Então fico muito satisfeito, porque tudo o que se fala aqui tem repercussão. E, por isso, já vou começar a falar mais algumas coisas.

Penso que hoje o governo está preocupado com essas letras que foram emitidas, mas nós temos mais. Essas letras, sobre as quais estamos falando agora, são aquelas lançadas para pagamento de precatórios que não existiam. E agora estão

sujeitas, elas mesmas, a se transformar em precatórios. Tudo bem.

Recordo-me que, no governo do Paulo Afonso, também se lançou R\$ 100 milhões em debêntures, pela Invesc. E alguns de vocês devem lembrar-se ainda, srs. deputados, daquela famosa empresa estatal que foi criada, que vive até hoje, que não se consegue fechar, porque está devendo algo perto de R\$ 2 bilhões.

Por conta dessas debêntures, no valor de R\$ 100 milhões, que foram emitidas para pagamento ou para a cessão do dinheiro ao governo do estado, que recebeu o dinheiro, aplicou, a Invest ainda ficou devendo e colocou em garantia ações da Celesc, algo perto de 18% do capital. Mas hoje os aplicadores, investidores ou os especuladores não estão satisfeitos, eles querem o seu dinheiro. Então, esse é mais um esqueleto que vai assombrar o nosso amigo Raimundo Colombo no governo do estado.

Temos um terceiro assunto, que esta cidade, que é muito prazerosa, conhece muito bem: a SC-401, que liga o nosso centro às praias do norte. Quem não se lembra daquele contrato do governo do estado com uma empresa de Joinville, uma boa empresa, aliás, que iria fazer a estrada asfaltada, melhorá-la e cobrar pedágio. Por decisões outras, a empresa não cumpriu o contrato, a decisão judicial impediu que houvesse a cobrança do pedágio e o *affaire* continua. A empresa não vai dar-se por satisfeita enquanto não receber o valor que efetivamente aplicou na estrada. E esse valor hoje, nas minhas contas, já deve estar ultrapassando R\$ 1 bilhão. Veja que estamos falando em bilhões, deputado Flavio Ragagnin, é tudo bilhões, tudo ultrapassa os bilhões de reais.

Nós estamos conversando sobre as letras do precatório que hoje estão perto de R\$ 3 bilhões; sobre as debêntures da Invesc, que foram lançadas pelo governo do estado, que hoje deve estar algo perto de R\$ 1 bilhão, R\$1,5 bilhão. E nós também estamos conversando sobre a SC-401, sobre uma empresa privada que fez um contrato com o governo do estado e não conseguiu receber nem cobrar o pedágio, que deve cobrar algo perto de R\$ 1 bilhão.

Eu encho a boca para falar em bilhão e peço a cada um de vocês para escreverem um bilhão em números para ver quantos zeros vai aceitar. E se o estado está recebendo hoje, é porque há uma boa arrecadação, que chega perto de R\$ 1 bilhão, R\$ 1,1 bilhão no ano. Vocês imaginam quanto é que vale esse R\$ 1 bilhão, que é para determinadas empresas receberem, e com certa urgência?

Contudo, hoje estou muito satisfeito com a decisão do nosso futuro governador, Raimundo Colombo, e assino embaixo do que ele disse, hoje, que é a favor do precatório e não mais da federalização, como ontem ele alegou.

Porém, volto ao assunto do Pró-Emprego, que foi parar na Justiça.

Deputado Genésio Goulart, ontem falei sobre o nosso Pró-Emprego que está trazendo benefícios quanto à importação e exportação do estado. Só para se ter uma idéia, em outubro de 2010, não precisamos ir longe, o estado importou R\$ 1,120 bilhão e exportou R\$ 653 milhões. Só num mês! Esse rombo já passa de R\$ 3 bilhões, isto é, Santa Catarina está importando mais do que recebendo. E o que é que acontece com isso? Quando as nossas grandes massas de exportações se referem a produtos *in natura*, que não recebem mão-de-obra e que vão para

outros países, nós recebemos na importação produtos industrializados, que dão emprego fora do Brasil.

Só para vocês terem uma ideia, as nossas empresas têxteis, hoje, exportam 200 mil toneladas e importam da China 350 mil toneladas. Isso equivale dizer que em vez de estarmos criando empregos em Santa Catarina, deputado Genésio Goulart, estamos criando empregos na China. Nós merecemos os parabéns, porque quem cria emprego na China, acredito, não deve estar precisando de emprego, e já que não podemos criar aqui, cria-se lá.

E aqui um secretário de governo diz que esse projeto, o Pró-Emprego, criou algo perto de 45 mil empregos. Vão me perdoar, esses 45 mil empregos não acredito que estejam em Santa Catarina, podem estar em qualquer lugar, menos em Santa Catarina. Até vou esperar que alguém do governo me rebata e jogue para cá, para esta Assembleia, dizendo que o deputado Antônio Carlos Vieira é um mentiroso e os números estão aqui, os 45 mil empregos criados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Flavio Ragagnin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Eu, novamente, faço uso da palavra neste plenário para abordar dois assuntos que reputo de relevante importância. Primeiramente vou falar sobre o art. 170, que beneficia em torno de 55 mil alunos em Santa Catarina nas mais diversas universidades do estado.

Eu ouvi atentamente o deputado Antônio Carlos Vieira, que é sempre um aprendizado, dizer que o estado arrecada R\$ 1 bilhão ou R\$ 1,2 bilhão por mês! Naturalmente, se compararmos, deputado Antônio Carlos Vieira, a arrecadação de hoje com aquela de quando o sr. foi secretário, em torno de R\$ 250 a 300 milhões, causa-nos inveja de ver tanto dinheiro circulando neste governo. Mas o mais importante de tudo é que essa lei, esse incentivo, vem beneficiar naturalmente os alunos mais carentes do estado de Santa Catarina. Tenho ouvido reportagens em emissoras de televisão e jornais de Concórdia e região dizendo que o estado paga as bolsas em parcelas, que até agora pagou seis parcelas e está devendo quatro parcelas para as demais universidades.

Em Concórdia, especificamente, a Universidade do Contestado passou e passa por dificuldades, ou seja, não a universidade, mas os alunos passam por dificuldades também, porque uma vez recebendo o benefício da bolsa, é natural que eles se preparem para isso. Existe uma parcela do primeiro semestre e mais cinco parcelas do segundo semestre para receber, quer dizer, das dez parcelas existentes, receberam só quatro parcelas, tendo seis parcelas ainda a receber. Toda essa arrecadação do estado que existe hoje deveria privilegiar, naturalmente, os alunos, porque a educação deve ser prioridade e, por isso, estamos muito preocupados.

Então, quero chamar a atenção para o aspecto de que existem dívidas que devem ser proteladas, como o caso dos precatórios, que podem ser arroladas, porque não são de tanta importância e necessidade urgente. Mas quando se trata de educação, é de fundamental importância que os alunos carentes possam ser atendidos logo. E sei que há alunos que vão ter

difficultada a sua matrícula para o ano novo, se não estiverem em dia com suas parcelas. É necessário que se reveja esse assunto junto ao governo do estado, junto ao novo secretário da Educação, para que esses recursos sejam prioritários e pagos regularmente.

Outro assunto que me faz pensar, analisar e agir com vagar é com relação a essa euforia da abertura do Mercado Comum Europeu à carne suína, às importações da carne suína. Nós acompanhamos esse assunto e vivo o dia a dia dos nossos agricultores. Inclusive Xavantina, que faz parte do alto Uruguai catarinense, é o município que possui mais suínos *per capita* deste país e Seara é o município que possui mais suínos por área do país.

Então, convivemos com a situação dos nossos agricultores, mas quero salientar que saíram reportagens. E inúmeros políticos ligados à agricultura estão elogiando, por exemplo, a abertura do trabalho, enfim, deputado Antônio Carlos Vieira, todo mundo quer puxar brasa para o seu assado. Claro que todos têm o seu valor, porque todos se empenharam. Mas quero aqui salientar esse assunto, porque acompanhei de perto a coragem, a decisão, de não vacinar o nosso rebanho, quando o deputado Odair Zonta foi secretário da Agricultura. Inclusive, numa conversa, ele disse que essa atitude era uma cartada decisiva para a sua vida pública, porque se desse alguma coisa errada ele estaria liquidado perante os produtores de suínos. Foi uma decisão muita corajosa! E o governador Esperidião Amin endossou a atitude do deputado Odair Zonta dizendo que o estado está vivendo um momento que não deve haver vacinação, que temos que ter um estado livre, sem vacinação. E assim foi determinado pelo governador Esperidião Amin.

Agora, depois disso, naturalmente que o secretário da Agricultura, sr. Enori Barbieri, por exemplo, fez o seu papel, trabalhou bem, correu atrás. O deputado Moacir Sopelsa, quando secretário da Agricultura, também fez o seu trabalho, assim como o ex-governador que saiu agora, Luiz Henrique da Silveira. E temos que salientar, sem medo, as atitudes corajosas que vieram proteger o pequeno produtor de suínos da nossa região.

Mas essa euforia é perigosa, porque quem deve ser mais elogiado é o produtor que cumpriu com todas as exigências ambientais, as exigências das empresas, as exigências do mercado comum europeu e do mercado russo. Eles exigiram muitas coisas do suinocultor, e ele cumpriu com a sua obrigação.

São necessários, deputado Vieirão, três anos de bons tempos para a suinocultura recupere o que investiu na manutenção do plantel e na questão ambiental. Então, deve-se salientar o grande esforço do pequeno produtor. E não nos vamos precipitar nessa euforia, porque ela é perigosa. Não podemos achar que vai ser um mar de rosas.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Flavio Ragagnin, temos que salientar que o estado de Santa Catarina deve muito a Xavantina e a Seara, por terem recuperado todas essas notícias negativas com relação ao rebanho suíno catarinense. Mas quero deixar registrado que vários deputados aqui neste Parlamento eram contra a manutenção do sistema sanitário de Santa Catarina. Queriam obrigar que Santa Catarina procedesse à vacinação, tirando do estado a vantagem que agora volta a usufruir.

Então, temos que lembrar não só dos que foram positivos, como o então secretário da Agricultura, Odacir Zonta, e Esperidião Amin, como governador, mas também daquelas bocas alongadas, que exigiam que aqui fosse feita a vacinação. Se quisermos fazer um retrospecto, basta olharmos os jornais. Houve até a posição junto ao Judiciário para que determinasse a realização dessa vacinação.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Nobre deputado, agradeço o seu aparte. Mas ficamos emocionados quando falamos sobre suinocultura, porque convivemos com o pequeno agricultor e sabemos o que ele sofre desde a criação do leitão, a conservação da propriedade e o trabalho árduo dele e dos filhos, muitas vezes sem poder mostrar para a juventude lá na sua propriedade alguma perspectiva. Eles não conseguem mostrar: "Filho, é por aqui o caminho". Eles não tinham um caminho, mas não desistiram.

Então, quando vejo essas manifestações de euforia, fico feliz, porque é a redenção da suinocultura do estado de Santa Catarina, especialmente do alto Uruguai catarinense.

Quero me congratular com o produtor. Este, sim, fez o seu papel e teve coragem, valentia - e falo sempre como o oestino é valente e aguenta o tirão. E hoje, talvez, quem sabe, vamos receber as benesses de ter insistido...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A Presidência registra a presença, nesta Casa, do Grupo de Idosos Girassol, de Timbó. Em nome da deputada Ana Paula Lima, do deputado Jean Kuhlmann e de todos os deputados da região, congratulações e boas-vindas a todos!

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes desta Assembleia Legislativa nesta tarde de quarta-feira, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, creio que estou devendo uma manifestação a respeito do debate acerca da instalação ou não do estaleiro da OSX na região metropolitana da Grande Florianópolis, mais precisamente na cidade de Biguaçu.

Evidentemente, os impactos não seriam apenas na cidade de Biguaçu, mas em toda região da Grande Florianópolis, que de uma forma ou de outra é banhada pelo mar da baía norte e Baía dos Golfinhos; portanto, atingiria a cidade de Florianópolis, Biguaçu e Palhoça, que está ao sul, mas com efeitos mais precisamente no norte da ilha, Governador Celso Ramos e Tijucas.

Existiu todo um debate e uma euforia no ano passado. E o que vemos - e parece que a questão está mais ou menos resolvida, pelo menos é o que registra a imprensa - é que a OSX não se vai instalar mais no estado de Santa Catarina, na cidade de Biguaçu.

Fui-me aprofundar um pouco mais na questão e percebi a existência de centenas de pessoas que têm estudado essa questão a fundo e trazido à luz do mundo elementos que, via de regra, não recebem a atenção necessária das pessoas que tomam as decisões no estado, neste Poder Legislativo e no Poder Executivo, e talvez também nos meios de comunicação. Evidentemente, a maioria do conjunto da sociedade não presta a atenção

devida, com a profundidade necessária, a esses elementos. No entanto, a sociedade tem pessoas estudando e preocupando-se com esse assunto.

Eu recebi o relatório do Comitê Interuniversitário de Pesquisadores e Docentes de algumas universidades do nosso estado: Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc; Universidade Federal de Santa Catarina, Unisul e Univali - curiosamente, quatro das universidades fundacionais ou públicas, no caso da Udesc, pública estadual, e a UFSC, pública federal -, comitê este que foi constituído justamente para discutir estes assuntos: a proposta de instalação do estaleiro OSX do megainvestidor Eike Batista, em Biguaçu, e a proposta também da construção de uma fosfateira, de uma mineradora de fosfato, na cidade de Anitápolis. Este, sim, é um assunto que já tem sido debatido inclusive neste Poder Legislativo, através de audiências públicas.

Centenas de estudiosos e de pesquisadores analisam cientificamente e contestam, inclusive, os relatórios elaborados por consultorias privadas pagas, naturalmente, pelas empresas interessadas em instalar esses empreendimentos no nosso estado.

Nós já manifestamos, há dois anos, a nossa posição contrária à instalação da fosfateira, agora de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce, que é uma empresa privada desde o governo Fernando Henrique, registre-se, para não ficar no romantismo de que a Vale é nossa. Não, ela não é nossa. Ela foi vendida... Aliás, ela não foi vendida! Ela foi entregue de graça, e nós ainda pagamos o frete, porque o recurso usado para comprar a Vale do Rio Doce foi do BNDES, que é recurso público.

Então, doamos a Vale do Rio Doce aos grupos privados e pagamos o frete para que ela fosse levada. Portanto, este é um registro necessário: a Vale do Rio Doce, uma empresa privada, agora é proprietária da Fosfateira, uma empresa de exploração de fosfato que pretende se instalar na cidade de Anitápolis. Nós já manifestamos uma posição contrária a essa decisão junto às comunidades de todas as cidades vizinhas a Anitápolis, tanto subindo a serra - Rancho Queimado, Angelina -, quanto descendo a serra em direção ao rio Tubarão - Braço do Norte, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Laguna e a própria cidade de Tubarão.

Com relação à OSX, tenho a dizer que fico, evidentemente, com a comunidade científica, os pesquisadores das universidades do estado de Santa Catarina, que têm analisado o assunto e encontrado irregularidades no relatório que visava adquirir a licença.

Portanto, posição contrária também à instalação do estaleiro em Biguaçu, considerando verdadeira a análise feita pela inteligência catarinense a respeito desse assunto.

Se nós, os aparatos políticos, os detentores de mandato parlamentar ou detentores de mandato eletivo em geral e também no Executivo, os outros Poderes constituídos, não estivermos em condições de respeitar a inteligência produzida por nós mesmos e pela nossa gente, aí, sinceramente, estaremos entrando no mundo do irracional, construindo um estado talvez oposto aos grandes anseios e às necessidades atuais e futuras do conjunto da nossa gente.

É evidente que se requer uma reflexão mais profunda a respeito de todo esse assunto, porque seis bilhões de pessoas precisam viver, e sobreviver, neste planeta.

Precisamos, no entanto, ter uma produtividade que garanta condições de alimentação, moradia, vestuário, transporte, lazer e cultura para esse conjunto de pessoas.

Temos, no entanto, que fazer a reflexão de que o modelo de desenvolvimento instituído no Brasil e na maioria dos países do mundo impede a possibilidade do desenvolvimento parecido para a imensa maioria desses mais de seis bilhões de seres humanos.

A humanidade precisa encontrar formas de produzir na quantidade necessária, desgastando o mínimo possível as condições ambientais. Não é possível que também nós, o poder eleito pela sociedade para defender os seus interesses e os seus direitos, não consigamos analisar o desenvolvimento humano para mais de dez anos e que nos deixemos impressionar e levar por análises econômicas imediatistas, por interesses econômicos imediatistas, e muitas vezes de lucro fácil, e não pensemos a sociedade para daqui a 50 anos, a 100 anos, não pensemos que a humanidade continua crescendo.

Se nós devemos construir as condições de sanidade, as condições de vida cada vez melhores - e precisamos fazer isso no nosso estado, no nosso país e no mundo -, é evidente que esse número vai aumentar. É preciso que questionemos o modelo econômico instituído e instalado no nosso estado, no nosso país e no mundo. É preciso observar isso porque tem sido moda, em todos os espaços possíveis, falar-se em desenvolvimento sustentável, deputado Genésio Goulart. Hoje é moda, tudo é sustentável nos discursos. Se formos ver, na prática quase nada tem qualquer sustentação. Nada mais insustentável do que o próprio modelo capitalista de desenvolvimento humano. E isso é que precisa ser debatido a fundo a partir do debate da construção de vida para a humanidade nos próximos séculos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu ouvia atentamente os discursos, especialmente do deputado Sargento Amauri Soares, que se referia também à maior manchete - e certamente é uma manchete que preocupa todos nós, catarinenses. Estamos, sim, preocupados com o meio ambiente, porque ele é de todos nós, e as próximas gerações dependem do ambiente que temos. Mas a atual geração e as próximas gerações também vão depender das aplicações tecnológicas que fizermos agora e de como vamos atuar no meio ambiente.

Diz a manchete:

(Passa a ler.)

"Estaleiro não será em Santa Catarina, decide Eike Batista."

Vai para o Rio de Janeiro. Teoricamente, eu pergunto: se aqui polui alguma coisa, por que não polui no Rio de Janeiro? Se aqui produz algum estrago ambiental, por que lá seria aceito?

Tudo mundo imagina que traria uma grande modificação ambiental. Eu estive analisando alguns questionamentos que foram feitos numa audiência pública que aconteceu em Florianópolis sobre essa questão do estaleiro em Biguaçu, da OSX, e há duas perguntas que gostaria de colocá-las depois aqui e também ler as suas respostas.

Mas, antes disso, quero cumprimentar o novo reitor da Universidade de

Blumenau, da Furb - faz 30 dias que assumiu o cargo -, dr. João Natel Machado, bem como o vereador de São Bernardino, Dalvir Luiz Ludwig, que acompanham os trabalhos desta Casa, no dia de hoje.

Gostaria de saudar aqui, certamente, todos os ambientalistas e os catarinenses que, hoje, estão atentos a essa questão desse investimento que seria feito em Biguaçu, um investimento superior, inicialmente, a R\$ 2,5 bilhões, e que iria gerar emprego para 14 mil pessoas. E, provavelmente, a decisão de Eike Batista de transferir o investimento para o Rio de Janeiro teria sido ocasionada porque o Instituto Chico Mendes, no dia de ontem, disse que só iria dar o seu parecer depois do dia 15 de dezembro, ou que até lá não deveria estar pronto. Eu espero que o Instituto esteja levantando dados para dar esse parecer, e certamente apostando que dê um parecer favorável.

De qualquer maneira, temos que chamar a atenção para o fato de que existe uma morosidade. Quando um empreendedor manifesta desejo de investir, os órgãos ambientais - que, na minha opinião, deveriam somar esforços para agilizar o parecer e até para orientar o projeto e dizer como deveria ser feito para agredir minimamente o meio ambiente -, pelo contrário, vão dizendo "não" e "não", esperando que o investidor adivinhe, no meio de muitos "não", qual seria a melhor maneira para conseguir ganhar um "sim". E assim é na maioria dos investimentos. Se formos ver quantas iniciativas há em Santa Catarina que estão trancadas, barradas, nos laudos ambientais, é uma coisa horripilante.

O Deputado Vieirão estava aqui, hoje, dizendo que Santa Catarina arrecada mais de R\$ 1 bilhão por mês de tributos, graças à movimentação econômica existente no estado. É claro que as necessidades sociais vão aumentar, em Santa Catarina. Nós vamos precisar de recursos para que o estado possa atender às necessidades sociais, e esses recursos advêm do movimento econômico. Se nós impedirmos essas iniciativas, amanhã ou depois, certamente a própria sociedade vai pagar de outras maneiras.

Uma pergunta foi feita para o grupo e foi devidamente respondida: "Por que Biguaçu, uma cidade com tantas reservas ambientais, foi escolhida para sediar essa obra? Por que essa obra não poderia ter sido sediada em Itajaí, por exemplo, onde já existe o porto?" Conforme a resposta dada aqui, o canal do complexo portuário de Itajaí seria muito estreito. E a empresa iria construir equipamentos navais, atrapalhando demais o tráfego de outros navios naquele canal.

São Francisco é outro local onde também já existe porto, mas iria prejudicar a Baía da Babitonga. Em Imbituba, há a necessidade de se ampliar muito o molhe que já existe e também há a questão das baleias. Isso traria também inúmeras outras dificuldades. Em Biguaçu, além de trazer grande benefício para a grande Florianópolis, geraria empregos especialmente para a região continental.

Quanto à destinação de tudo que poderia ser poluente, outra pergunta que faço questão de colocar, não seria assim tão poluente como alguns tentam descrever. E como fica a vocação cultural, turística e econômica da região, como fica a questão da poluição? Resposta: É importante destacar que a atividade do estaleiro não é considerada poluente ou que cause grande impacto pelo constante fluxo de pessoas. Diferente do que se dá com um porto, em um estaleiro não há tráfego de embarcações. No auge da produção o estaleiro da OSX produzirá apenas seis

embarcações por ano. De igual forma, todos os resíduos e efluentes gerados serão integralmente segregados, tratados e destinados adequadamente. Além disso, no Estudo de Impacto Ambiental são levantados todos os impactos que podem potencialmente ser causados nos meios físico, biótico e socioeconômico. E, posteriormente, são levantadas as medidas que diminuem os impactos negativos e aumentem os positivos.

Eu, pessoalmente, se de fato isso acontecer, lamento e lamento muito, vai ser um grande prejuízo para Santa Catarina.

Como o estado do Rio de Janeiro pode implantar esse estaleiro e Santa Catarina não pode, se há a mesma questão ambiental?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos ao Horário dos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, grande deputado que representa o norte de Santa Catarina, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente!

Eu desejo saudar os srs. deputados, as srs. deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Sr. presidente, eu não poderia deixar de fazer coro ao pronunciamento do deputado Serafim Venzon. Eu vejo estampada, em todos os jornais de Santa Catarina, a manchete triste, catastrófica e negativamente marcante para este estado de que o estaleiro não será mais em Santa Catarina. Conforme decidiu o empresário Eike Batista, vai ser instalado no Rio de Janeiro. Hoje é dia 17 de novembro e este dia vai ficar marcado negativamente na história do povo catarinense.

Nós estamos vivenciando isso, talvez por falta de bom senso das forças empresariais e políticas, sobretudo das autoridades ambientais, das entidades não governamentais, e aí leia-se Instituto Chico Mendes. Esse instituto cumpre um papel importante no contexto geral, mas nesse episódio, sr. presidente, radicalizou. Nós acabamos de perder, deputado Kennedy Nunes, o investimento de US\$2,5 bilhões, no município de Biguaçu, aqui em Santa Catarina. E ao longo da implantação do projeto, deputada Professora Odete de Jesus, seriam abertos 14 mil postos de trabalho.

Essa notícia é muito triste, muito ruim para Santa Catarina! Nós precisávamos constituir Santa Catarina efetivamente num polo de excelência da indústria naval, alavancando esse segmento da economia, pois Santa Catarina tem esse perfil, esse potencial, deputado Serafim Venzon. Estamos dando uma marcha à ré, pois perdemos esse investimento vergonhosamente.

Eu quero, sr. presidente, lamentar profundamente esse fato, esse episódio a que estamos assistindo neste dia. Certamente as futuras gerações, os jovens que vão precisar de postos de trabalho, de emprego e de renda, vão sofrer futuramente a consequência da mudança desse investimento.

Muito bem, dito isso, sr. presidente, eu também não poderia deixar de registrar, deputado Kennedy Nunes, a sugestão que v.exa. deu ontem e que de pronto acatamos. Eu e o deputado Nilson Gonçalves temos nossos partidos, nossas divergências, mas quando se trata de Joinville, deputado Kennedy Nunes, do norte de Santa Catarina, somos iguais aos nordestinos, nós estamos juntos. Não é assim,

deputado Kennedy Nunes? Nós cerramos fileiras, deputada Professora Odete de Jesus, nós concentramos as energias. E ontem não foi diferente.

Nós estamos fazendo tratativas já para constar no PPA recursos para que Joinville possa construir alguns elevados. Sr. deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. conhece bem Joinville, pois nos tem roubado uns votinhos nas eleições, falando no bom sentido. Mas isso não nos entristece, porque a cidade tem quase 400 mil votos, e v.exa. merece. Mas Joinville é uma das poucas grandes cidades que não têm elevado, e o trânsito, em algumas horas do dia, está catastrófico, caótico. Para cruzar a cidade, você demora de duas horas e meia a três horas.

Nós vamos então tentar consignar no Orçamento, eu e os deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves, um valor para que possamos melhorar a mobilidade urbana de mais uma cidade de Santa Catarina.

Também estou propondo - a idéia não é minha, mas do Núcleo de Escolas de Formação Profissional de Joinville, liderada pela professora Anelise, da Assessoritec - algo na linha daquilo que o deputado Jorginho Mello fez inteligentemente quando foi governador. S.Exa., em uma semaninha, rapidamente, fez uma série de atitudes boas e criou a Lei Jorginho que ficou famosa, com as bolsas de estudos para o terceiro grau de Santa Catarina. Parabéns a s.exa. que se perenizou pela Lei Jorginho.

Santa Catarina tem o art. 170 e o art. 171, tem a Lei Jorginho para o ensino superior que é muito boa. Porém, não temos, sr. presidente, um fundo para o ensino técnico. Então, proponho R\$ 2 milhões do Fundo Social nesse sentido. Quem sabe possamos aprovar isso no Orçamento, consignando um valor na linha, na esteira daquilo que o deputado Jorginho Mello fez quando governador. Seria uma verba para que o governador do estado pudesse comprar bolsas de estudo para o ensino técnico de Santa Catarina nas melhores escolas técnicas do estado.

Além de fortalecermos os Cedups, tarefa do próximo governador, Raimundo Colombo, queremos criar um fundo para bolsas de estudo para o ensino técnico. E assim estaremos fazendo aquilo que a Alemanha faz há 50 anos, dando condições para que os jovens tenham formação técnica, porque em Santa Catarina há carência de mão-de-obra, e nós precisamos qualificá-la. Um jovem que tem a oportunidade de fazer um curso técnico poderá arrumar um trabalho numa empresa, poderá se tornar um empreendedor, quem sabe criar a sua facção, a sua empreiteira de mão-de-obra, a sua firma de usinagem, de tornearia, de metalurgia e assim por diante.

Portanto, esse é um debate que eu quero resgatar ao longo deste ano e do ano que vem, para que possamos, quem sabe, dar oportunidade para os filhos dos trabalhadores poderem obter uma bolsa de estudo para o ensino técnico em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Com a desistência dos representantes do PP, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Esta Presidência faz o registro muito honroso da presença do vereador de Frutuoso Gomes, do Rio Grande do Norte, Antônio Alves, que nos está visitando, bem como do delegado Rodolfo Quevedo, de Itajaí.

Sejam bem-vindos à Casa Legislativa de Santa Catarina.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu volto até porque a minha manifestação anterior provocou um debate nesta tribuna. Enfim, no pós-eleição, vamos aquecendo as turbinas para as questões mais de fundo e evidentemente é natural a existência de opiniões diferentes entre os deputados participantes deste Poder Legislativo.

Como ficou claro aqui, o deputado Serafim Venzon manifestou-se favorável à instalação do estaleiro OSX em Biguaçu, da mesma forma que tinha ficado claro que a minha manifestação tinha sido no sentido contrário. Para tomar essa decisão, baseei-me nos estudos realizados pela comunidade científica de quatro universidades que atuam aqui e pesquisam nesta região: a UFSC, a Udesc, a Unisul e a Univali. E ele citou, inclusive, em defesa da instalação do estaleiro, a resposta da própria empresa aos questionamentos que estão sendo feitos, provavelmente pelos órgãos públicos responsáveis pela liberação ou não dessas licenças. E aí é evidente que cada discurso tem a sua legitimidade. E como disse aqui anteriormente, eu prefiro ficar com a análise científica realizada pelos setores que têm legitimidade para fazer esse debate, essas pesquisas e definir essas questões.

Se a sociedade produz e se há um conjunto de pessoas estudando em tempo integral, realizando pesquisa, extensão e difundindo o ensino aqui na região, eu acharia estranho e absurdo inclusive a possibilidade de nós basearmos num relatório feito por técnicos que estão a soldo de uma empresa que tem interesse direto e econômico no empreendimento.

Portanto, centenas de pesquisadores, estudantes, professores e trabalhadores, assim como muitos doutores nesta área do conhecimento, tomam uma posição, e é com eles que eu fico e vou.

Perguntava o deputado Serafim Venzon sobre o que há no Rio de Janeiro diferente de Santa Catarina. Em que a cidade do Rio de Janeiro é diferente da Grande Florianópolis, para que lá possa se instalar o estaleiro e aqui em Biguaçu não?

Eu diria que há muita diferença. Eu conheço muito pouco o Rio de Janeiro, mas suficiente para dizer que com certeza eu prefiro viver aqui. Especialmente para quem quer morar e viver nas regiões mais próximas do mar é preferível mil vezes a região da Grande Florianópolis do que a cidade do Rio de Janeiro, inclusive pela qualidade ambiental, pela qualidade das águas.

Precisamos muito investir em saneamento básico em Santa Catarina e na região da Grande Florianópolis. Quantos empregos seriam gerados para fazer o saneamento básico na região da Grande Florianópolis inteira? Mais do que o estaleiro. Isso só para fazer o saneamento básico, para preservar a qualidade das águas e a qualidade do ambiente. E com certeza o ar que se respira na Grande Florianópolis ainda é muito melhor do que o ar que se respira na cidade do Rio de Janeiro.

Esses são alguns argumentos que podemos usar para justificar por que pode ser no Rio de Janeiro e não aqui. Neste estado, há mais consciência quanto à preservação, mais do que houve no Rio de Janeiro nos últimos 200 anos, 300 anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Flavio Ragagnin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente e srs. deputados, volto à tribuna para levantar um assunto que acho de fundamental importância, pregando naturalmente o que diz a Constituição Federal, Título VIII - da Ordem Social, Capítulo II, Seção II.

(Passa a ler.)

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado [...]sic]"

No ano que passou e antes que eu voltasse a esta Casa, não estávamos cientes do que vinha ocorrendo no estado de Santa Catarina com relação à saúde, especialmente no alto Uruguai, no oeste catarinense. Refiro-me especificamente ao município de Seara, pois logo após ter assumido uma cadeira na Assembleia Legislativa tenho ouvido inúmeras reclamações quanto ao tratamento dado aos pacientes, aos moradores, aos cidadãos da nossa região.

Tenho ouvido muitos depoimentos de pessoas abalizadas, ligadas à Saúde, neste plenário, falando de reestruturação, da necessidade de mais recursos por parte do SUS. Preocupa-me muito o que vem ocorrendo nos municípios menores, nos quais a dificuldade de contratação de médicos é muito grande, justamente pelo baixo valor pago a esses profissionais, por falta de recursos. Nos municípios maiores existem mais atrativos para o cidadão. Mas preocupa-me especialmente o município de Seara, porque as reclamações me foram feitas nesse mês, e na semana que passou, nos dias que passaram, lá se apregoava algum tempo atrás de que a Saúde no município estava com problemas muito sérios.

A nova gestão assumiu a prefeitura, novos administradores e secretários assumiram o município, novos funcionários assumiram os serviços públicos, inúmeros funcionários que lá dão assistência à saúde, juntamente com o secretário da Saúde. Quero deixar claro que os funcionários fazem a sua parte. Muitas vezes até mais do que deveriam fazer pela sua capacidade financeira de atender às pessoas. Mas tem ocorrido que lá, principalmente as pessoas da terceira idade, não são respeitadas no que diz respeito ao Estatuto do Idoso, porque para conseguir o remédio de uso contínuo têm que recorrer à Justiça. Daí eu me pergunto de pessoas de 70, 75, 80 anos que têm que tomar o medicamento, e pessoas essas que tem um rendimento que é o salário mínimo, muitas vezes o casal, muitas vezes somente um da família tem o rendimento do salário mínimo e gasta 60%, 70%, quando não, 80% do seu salário em medicamentos de uso contínuo. Eles têm que falar com o promotor, entrar na Justiça, para que possam receber o tal do medicamento.

Ora, nós precisamos aqui de um esclarecimento. Nós precisamos saber o que está acontecendo. Ou é responsabilidade do estado ou do município. O que se viu falar é

que o município atenderia de pronto a todos os habitantes que necessitassem dos medicamentos de uso contínuo. Mas as reclamações são tantas que me preocupou.

Por isso, estou trazendo até esta Casa essa nossa preocupação de pessoas que trabalharam durante toda uma vida e agora em vez de usar o salário mínimo do homem, da mulher, ou do casal, para algum lazer, ou para alguma coisinha que nunca puderam ter, que nunca puderam comprar, têm que pagar o remédio que é de uso contínuo, dever do estado, município, enfim, para que essas pessoas sejam atendidas.

A minha preocupação se diz o seguinte: quando se faz uma proposta de governo, uma proposta política, quando se assume um compromisso com a comunidade e que se respeita a comunidade, tem que cumprir com a palavra, custe o que custar, tem que cumprir com a palavra. Até uma pessoa mais nova, uma pessoa que tem força, uma pessoa que pode trabalhar, que pode ainda progredir, que tem um futuro promissor pela frente, que até se for enganada ela tem forças para recuperar, força para sair talvez dessas dificuldades... Mas as pessoas da terceira idade serem enganadas por falácias, por palavras fáceis, por promessas fáceis de que vão atender a todo mundo igualmente, que para nenhum idoso, que para nenhuma pessoa da terceira idade vai faltar medicamento, aí é fazer de trouxa o cidadão que tanto trabalhou. Aí é enganar a população, é um calote político. Penso que esse assunto deve ser analisado, vamos buscar essas informações e aí por diante vamos apurar as responsabilidades, seja do município ou do estado. O cidadão tem que ser respeitado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. vereadores que estão nas galerias desta Casa acompanhando os nossos trabalhos neste dia, quero cumprimentá-los, agradecer a presença, sras. deputadas e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL. Quero cumprimentar aqui, também, em nome dos deputados da minha bancada, o nosso governador Leonel Pavan, pois podemos nos orgulhar da postura que tem como governador, pois durante a campanha fez todos os procedimentos, não mereceu nenhuma crítica, nenhuma ressalva por parte da Oposição. Não houve nenhuma atitude sua que pudesse prejudicar, dentro da legalidade, nenhum de nós, candidatos.

Cumprimento ainda o governador Leonel Pavan que hoje estará em Brusque reinaugurando o teatro do Seminário de Azambuja, o Complexo de Azambuja, que tem o santuário, o seminário, o asilo, um hospital e que presta um serviço social extraordinário já há um século. Desde quando existe Brusque praticamente temos lá Azambuja que presta um extraordinário serviço. A recuperação do teatro, do seminário, significa recuperar parte da história cultural de Brusque.

Certamente espero que o governador vá ainda algum dia, até o final do mandato dele, para fazer algumas inaugurações importantes, como, por exemplo, a inauguração do colégio Santa Terezinha. Um colégio que na última enchente, ou em todas as enchentes

que aconteciam em Brusque, era alagado pelas águas. Agora, com o novo projeto, está sendo construído fora do nível da água. Ou seja, mesmo acontecendo enchentes, que vão continuar acontecendo, evidentemente, o colégio não será mais alagado e não irá mais perder todos os móveis, enfim... Imaginem o que faz a água alagando uma casa, um colégio.

O governador estará lá neste mês e no mês que vem inaugurando diversas outras obras. Uma dessas obras, extremamente importante, é um segmento da SC-486, que vai do centro de Brusque até o bairro Dom Joaquim, um segmento de seis ou sete quilômetros, que é muito importante e um desejo antigo. Era pavimentado com paralelepípedos, mas era desejo da comunidade do bairro Dom Joaquim e também de outros municípios, como Vidal Ramos e Botuverá, ver esse segmento asfaltado justamente pela maior comunidade do tráfego naquele local. E já está em obra, em bom andamento, seguramente, e até o final do mandato o governador estará lá de volta para inaugurar a pavimentação do centro de Brusque até Dom Joaquim, eis que é o grande sonho dos brusquenses e, especialmente, dos botuveraenses a pavimentação da estrada que vai de Botuverá até a Caverna de Ourinhos, a caverna mais bonita e maior do sul do Brasil e que já está toda urbanizada. Inclusive, existe um grande parque bonito, apto para ser utilizado, só que existe pouco fluxo de turistas, justamente por causa da dificuldade do acesso, pois são mais de 14 ou 15 quilômetros de estrada de chão batido, de estrada estreita, de poeira e lama, enfim, que acaba dificultando muito o acesso das pessoas àquela caverna.

Precisamos de alternativas para entreter os turistas que visitam o nosso litoral norte, como Balneário Camboriú, Itapema, porque muitas vezes eles vêm para cá e acontecem os dias nublados, enfim, dias inadequados para aproveitar as praias. Por isso, precisamos proporcionar-lhes outras opções de lazer para que permaneçam mais tempo em nosso estado.

De forma que a construção da estrada de Brusque, de Botuverá até o bairro Ourinhos, segmento de 14 ou 15 quilômetros, vai ser muito importante para o atendimento de todos os turistas que vêm para Santa Catarina, especialmente para as praias da região norte.

Então, contamos com o apoio do governador, para que finalizem essa obra de quatro ou seis quilômetros, porque os demais 15 quilômetros dependerão do investimento que o estado vai ter que fazer nos próximos dois anos.

No mais, quero ainda pedir o apoio muito especial ao relator do nosso projeto, deputado Antônio Ceron. Um projeto de lei que isenta... Ouvi o deputado Flavio Ragagnin falando da questão dos preços dos remédios, das dificuldades que as pessoas têm em comprar um remédio e por isso vão pedir pelo seu preço. É bom lembrar que em cima desse remédio caro ainda existe o tal do ICMS, que é de 18 ou 20%.

Eu vi, na semana passada, um cidadão comprando um remédio que custa R\$ 8.442,00. Ora, 20% disso, mais de R\$ 1 mil, é de ICMS! E hospital pagar ICMS, entidades sociais e Paaes pagarem ICMS parece uma coisa um pouco estranha.

Então, temos um projeto que está tramitando na Casa, e já falei com o relator, falei com o deputado Antônio Ceron. E tenho certeza de que ele também é favorável a isto: de não cobrar o ICMS de vários produtos como da luz, energia elétrica, enfim, de outros

produtos que os hospitais e as entidades assistenciais precisam. O que em minha opinião não deveria ser cobrado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, depois da eleição do segundo turno nós começamos a escutar e ver notícias estampadas nos jornais de uma tentativa, de um trabalho no sentido de ressuscitar a CPMF.

Deputado Silvio Dreveck, eu, como deputado do PMDB, e que fui reeleito defendendo menos impostos e mais crescimento, fico estarecido com uma proposição dessa natureza, já que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. E nós não podemos mais aceitar que quando existe escassez de recursos em uma determinada área se lance mão da medida mais simples e cômoda para o governo, que é a de aumentar tributos.

A CPMF foi recentemente sepultada no Congresso Nacional e agora se quer retomar essa discussão, mesmo que seja de outra forma, mas o espírito é o mesmo. Eu me posiciono ao lado daqueles que são terminantemente contrários a qualquer majoração da carga tributária. O que nós temos que fazer, na verdade, é a reforma tributária de forma mais ampla, rediscutindo inclusive aqueles tributos que pertencem a várias estâncias de governo, e uma nova repartição desses recursos arrecadados, como também um foco na gestão.

É certo que o atendimento à Saúde precisa ser melhorado, mas será que a simples criação de um novo tributo seria a solução? Será que não seria mais fácil investirmos na melhoria da gestão na área da Saúde, com direcionamento de recursos em montante suficiente para programas que efetivamente atendam à população, e melhorar a administração nos hospitais e em toda a estrutura da Saúde? Eu penso que essa tem que ser a discussão e não simplesmente lançarmos mão na comunidade para aumentar a tributação.

Nós precisamos de uma reforma tributária que mexa com o federalismo fiscal, para melhorarmos as receitas dos municípios, as receitas dos estados e acabarmos com essa centralização de recursos que existem hoje no governo federal.

Eu não tenho dúvidas de que se fossem tomadas iniciativas para a melhoria da gestão, com os mesmos recursos disponíveis, hoje, para a área da Saúde nós teríamos condições de melhorar muito o atendimento à população.

É certo que a Saúde precisa de atenção; é certo que a população precisa ser mais bem atendida, mas nós não concordamos com a criação de um novo tributo. Essa é a nossa posição.

Por falar em Saúde, eu queria também aproveitar este espaço para parabenizar a atuação do atual secretário da Saúde da prefeitura de Florianópolis, dr. Cândido, que depois de muito trabalho de articulação, de convencimento, conseguiu fazer uma negociação para transformar a Maternidade Carlos Correia num hospital de atendimento do

SUS, que foi assumido pela prefeitura da capital e que vai ampliar as possibilidades de atendimento na área de baixa e média complexidade no município de Florianópolis, com um custo muito reduzido.

São essas iniciativas que devem ser apoiadas. E a nossa capital, sob a égide do secretário da Saúde, dr. Cândido, implantou as policlínicas que são referências para Santa Catarina e até mesmo para o Brasil. E com essa iniciativa de assumir a Maternidade Carlos Correia, possibilitando que ela faça atendimentos pelo SUS, sem dúvida alguma merece o nosso aplauso, os nossos cumprimentos.

Eu quero, também, parabenizar o prefeito Dário Berger por dar condições ao secretário da Saúde de Florianópolis e a toda sua equipe de adotar esses procedimentos que vêm melhorar significativamente o atendimento na área da Saúde aos munícipes da capital. Algumas vezes toda a estrutura disponível aqui na cidade é utilizada por pessoas de outros municípios, já que Florianópolis é uma cidade turística, onde circulam pessoas de outros lugares, para as quais, quando precisam de atendimento médico, está à disposição toda a estrutura de policlínicas e agora a Maternidade Carlos Correia.

Meus cumprimentos ao dr. Cândido, a toda equipe da secretaria da Saúde e ao prefeito Dário Berger por esse discernimento.

Transfiro, agora, o restante do tempo que cabe ao PMDB ao deputado Manoel Mota, que vai fazer uso da palavra.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e pessoas que visitam o Parlamento catarinense na tarde de hoje, eu gostaria de me ater a um assunto muito importante que diz respeito ao sofrimento que uma população sofre há 28 anos.

Eu, em 1982, elegei-me prefeito de Araranguá e naquele momento já havia o pleito, a reivindicação, o movimento da barragem do rio do Salto - foi definido que ali seria uma barragem -, pois desde aquela época a população está sofrendo com isso. A população não pode investir, não pode construir, não tem alternativa, e aí é um sofrimento sem limites.

Termo o meu mandato de prefeito, entro no mandato de deputado e evidentemente que a primeira reivindicação, o primeiro pleito, foi a barragem do rio do Salto. Eu já não tenho mais cabelo na cabeça por causa dessa barragem, e o deputado Valmir Comin já está branqueando o cabelo!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli (Intervindo) - E o que não caiu?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - O que não caiu vai branquear.

Então, a população não aguenta mais essa situação. E o que veio para a desapropriação da barragem é muito pouco. Por isso vamos ter que criar um probleminha para o governo: fazer uma emenda e tirar recursos de onde houver. E eu acredito que este Parlamento, se não aprovar no Orçamento, irá aprovar em plenário, porque não podemos deixar as pessoas morrerem na esperança de um dia poderem sair de lá e isso não acontecer.

Assim sendo, é preciso uma ação muito forte. Precisamos esquecer que somos governo e pensarmos numa população que está desesperada, e agora muito mais. Por quê? Algumas pessoas foram desapropriadas e já foram para os seus destinos, foram comprar os seus terrenos, mas os outros que não foram, como é que ficam? O desespero ainda é maior.

E aí me parece que é feito de acordo com os recursos, para depois ir desapropriando. Só que alguns só têm o terreno e outros as casas. Então, tem que se priorizar o pagamento para as famílias que moram lá em cima.

Eu tenho certeza de que o Parlamento irá proporcionar uma ação para amenizar o sofrimento daquela população da barragem do rio do Salto, na comunidade de Areia Branca. Eu entendo que esse é o caminho, pois quando não sensibilizamos o governo por outro caminho, temos que tomar algumas medidas. Mas o Parlamento é feito para isso, para tomar as decisões.

Sei que o eminente deputado Joares Ponticelli também conhece esse assunto de barragem, de agricultura, porque está numa área produtiva de arroz e sabe que o produtor passa, às vezes, bem durante um ano, dois anos, mas depois se arreventa novamente, porque o preço não acompanha; não temos um preço mínimo para segurar.

Por isso, deputado Valmir Comin, v.exa. que já está branqueando o cabelo, vamos lutar pela barragem. E essa barragem, deputado Joares Ponticelli, trabalhava paralelamente com a barragem do rio São Bento. E paramos aquela barragem e assinamos o documento para a construção da barragem do rio São Bento, pois esta última já está caduca de tanto tempo que já foi feita, mas a nossa sequer foi iniciada.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa., deputado, que faz parte de um fórum permanente, e bota permanente nisso! Mas esperamos dar um basta nisso.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Quero parabenizá-lo pelo tema e dizer que eu já nasci de cabelos brancos. E há um pouquinho de cabelo, porque foram plantadas algumas mudas, mas se dependesse da barragem, certamente eu já estaria igual a v.exa.

Mas eu fico triste, deputado Manoel Mota, porque reiteradas vezes neste Parlamento tivemos oportunidade de alocar recursos do Orçamento do estado para essa obra tão importante. E eu tive o privilégio de ter sido presidente da comissão da obra da barragem do rio São Bento, da qual v.exa. também participou e apoiou.

Lá o governo já deu uma distinção de qualidade e de respeito à comunidade de São Pedro. Além do acompanhamento psicológico, foi dada a condição de indenizar todas as benfeitorias que estavam em cima, eventualmente algum reflorestamento de eucalipto, bracatinga ou acácia, com direito a retirar, sendo pagos 5% pelas cercas imaginárias e mais 15% pelo valor sentimental. Mas quando a bancada federal catarinense se uniu àquela emenda coletiva, encabeçada pelo deputado Carlito Merss, sendo consignatários todos os demais deputados, imediatamente o governo do estado fez a sua parte disponibilizando recurso para efetivar a desapropriação, garantindo com isso o orçamento federal. Ao contrário deste governo que infelizmente não tem colocado como prioridade. Esta é a grande verdade!

Nós estamos encerrando os dois mandatos de governo - Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan -, sendo feita em parte a desapropriação desses moradores que há mais de 30 anos estão à mercê de uma situação em que o estado, através de um decreto, declarou área de utilidade pública. Portanto, já não pertence mais àqueles moradores. No entanto, sequer foi feita a desapropriação para iniciar essa obra que está alocada no PAC, no Orçamento-Geral da União, no valor de R\$ 68 milhões, sob pena de perdemos esse recurso.

Por isso é que há uma preocupação muito pertinente e um momento de reflexão e de união. E falo aqui suprapartidariamente porque agora, na revisão do PPA, sequer foi alocado recurso para desapropriação. Quer dizer, se não há para desapropriação, como vamos alocar recursos...

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - E nós aprovamos uma emenda de destaque aqui, deputado Valmir Comin, que não foi considerada.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Exatamente! Então, isso demonstra que o governo não tem colocado isso como prioridade. Não é vontade do governo de executar essa obra.

Assim sendo, esperamos que isso não passe despercebido novamente. Nós somos oito deputados do sul, cada um integrado com sua bancada, e temos condições plenas de chegar aos 21 votos necessários para garantir esse recurso.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a v.exa. o aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento. O tema é muito importante, o tema é suprapartidário e v.exa. colocou muito bem.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não, deputado Joares Ponticelli! V.Exa. também já faz parte do vale do Araranguá.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nesta eleição menos, porque José Milton, que foi eleito deputado, abocanhou todos os nossos votos, os meus votos e os do deputado Valmir Comin, avançando um pouquinho até nos de v.exa., pois fez uma grande votação, mas será um grande parceiro nosso nessa luta, pois tem compromisso com essa obra.

Acho que o deputado Valmir Comin foi muito feliz. Não pode ser um compromisso somente dos oito deputados do sul. Eu tenho certeza de que os 40 deputados têm que abraçar essa causa, porque o risco é que falte água potável para o abastecimento humano, não só para a produção agrícola, para a rizicultura da região, para as outras culturas. Mas daqui a alguns anos os nossos irmãos do extremo sul vão padecer por falta de água potável para consumo humano, se não dermos toda celeridade para essa obra.

Temos que fazer isso agora suprapartidariamente, revisar no PPA e no Orçamento, para que se garanta efetivamente, e depois cobramos do governador eleito Raimundo Colombo, da presidente eleita Dilma Rousseff, para que se possa entregar finalmente essa obra tão importante para o extremo sul e para Santa Catarina.

Parabéns pela manifestação.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero também incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero dizer que esse é um tema do Parlamento e esperamos uma emenda pelo caminho legal, porque senão iremos fazer um destaque e este Parlamento vai dar a resposta. Há coisas que não dão para segurar.

Acho que a população merece respeito, e o mínimo que podemos fazer é uma ação de grandeza neste Parlamento disponibilizando recursos para a desapropriação, colocando aquelas pessoas num lugar decente, porque é isso que elas merecem, é isso que elas aguardam e esperam.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, é com pesar que faço o registro do falecimento da professora Sali Frecci, de Tubarão. Ela foi diretora de diversas escolas do município e uma grande apaixonada pela causa da educação. Ela nos deixa, com certeza, um grande legado por inúmeros serviços prestados à região.

Manifestamos antecipadamente aos familiares nossos profundos sentimentos de condolências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A Presidência registra com pesar o falecimento da professora Sali Frecci.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência consulta as lideranças se podemos fazer a discussão e votação em bloco de diversos projetos de lei que declaram de utilidade pública diversas entidades e que já passaram pelo crivo das comissões de mérito.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação dos Projetos de Lei n.s.: 0124/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0159/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0250/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0326/2010, de origem governamental; 0138/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0215/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0238/2010, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0257, 0258, 0259 e 0261/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0290/2010, de autoria da deputada Angela Albino; 0304/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0307/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0316/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0332/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; e 0341/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0115/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que institui o Dia Catarinense de Combate ao Aquecimento Global.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, essa matéria é de autoria do colega Onofre Santo Agostini e sugiro que seja retirada de pauta para voltar quando o deputado estiver presente e puder fazer sua defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está retirado de pauta o projeto de autoria deputado Onofre Santo Agostini.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0184/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que denomina Soldado Jackson dos Santos o presídio regional de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de registrar que o falecimento do soldado Jackson dos Santos, um companheiro policial militar, foi num trágico acidente, numa manhã de domingo, há dois anos. E pouco tempo antes houve uma fuga em massa do presídio de Joinville.

Ele trabalhava na viatura, no Pelotão de Patrulhamento Tático - PPT -, que se deslocou em alta velocidade de algum ponto da cidade de Joinville para o presídio. E ao cruzar a linha férrea, com a pressa, não ouviram o sinal - dizem até que não houve sinalização adequada da linha férrea - e a viatura chocou-se com o trem, ocasionando o falecimento do soldado Jackson dos Santos.

Então, por iniciativa e solicitação de pessoas ligadas à família do soldado Jackson dos Santos, de Joinville, o deputado Darci de Matos apresentou o projeto. E tínhamos a intenção até de fazer uma emenda para que fosse denominado soldado Jackson dos Santos o Batalhão da Polícia Militar de Joinville. Mas em virtude da pressa e do pedido da família na tarde de ontem, trabalhamos no sentido de acelerar a tramitação na comissão de Segurança Pública para que o projeto ficasse com o texto original.

Portanto, essa é uma homenagem a um irmão de farda, mais um dos nossos que perdeu a vida trabalhando, contribuindo com a sociedade catarinense em defesa da segurança pública da população catarinense, precisamente da população de Joinville.

Portanto, a nossa posição é favorável, evidentemente, com aplauso à aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0550/2010, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira; 0551/2010 e 0552/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano o Requerimento n. 1.173/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao radialista Aymoré do Rosário, da Rádio Cultura AM 1250, de Joinville, parabenizando-o pelo seu aniversário.

Pedido de Informação n. 0125/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações sobre o subsídio vitalício previsto no art. 195 da Constituição Estadual em favor do ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0126/2010, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, que solicita informações referente às ações de combate, proliferação e tratamento da dengue no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Começo minha fala cumprimentando a nossa bancada, deputado Silvio Dreveck, que desde o início da Ordem do Dia está 100% presente neste Plenário. Mas também quero comentar sobre o assunto do dia na imprensa de hoje, terrível para Biguaçu e Santa Catarina, que é a desistência do empreendimento do empresário Eike Batista, já abordado aqui por diversos deputados. Um empreendimento, deputado Marcos Vieira, na ordem inicial de R\$ 2,5 bilhões, algo em torno de quase 15 mil empregos na primeira fase, que Biguaçu e Santa Catarina perderam no dia de hoje pela decisão do empresário em empreender no estado do Rio de Janeiro.

Participei de uma das audiências públicas, onde estavam os deputados Marcos Vieira, Cesar Souza Junior, o saudoso e querido amigo deputado Lício Mauro da Silveira, entre outros, a deputada Angela Albino, que também participou daquela audiência pública.

Pudemos perceber o quanto as pessoas, efetivamente, se preocupam com o futuro de Biguaçu, da Grande Florianópolis, uma vez que não só o prefeito José Castelo, mas diversos outros prefeitos também participaram, vereadores, lideranças, empresários, o quanto as pessoas que querem o desenvolvimento da região da Grande Florianópolis e do estado de Santa Catarina estavam preocupados.

Deputado Moacir Sopelsa, sai daquela audiência pública completamente convencido de que o empreendimento era plenamente viável e que haveria, sim, condições plenas de conciliar o desenvolvimento, o empreendimento, com as questões ambientais e com as preocupações de preservação ambiental. Eu também tenho essa preocupação bastante aguçada, deputado Silvio Dreveck, uma vez que fui o autor do projeto de lei que instituiu o projeto de gerenciamento costeiro. Hoje é a Lei do Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina, que o deputado Jean Kuhlmann conhece bem, porque também passou pela secretaria de Desenvolvimento Econômico e sabe do esforço que empreendemos.

Não dá para calar, deputado Moacir Sopelsa! É lamentar e ensejar que essa decisão provoque uma profunda reflexão nos órgãos de licenciamento ambiental, especialmente no Instituto Chico Mendes, que ao protelar a decisão fez com que um empreendimento dessa envergadura e o empresário que comanda tal empreendimento não pudessem esperar. Afinal, outro estado da federação estava oferecendo tudo aquilo que Santa Catarina não ofereceu. Lá não há preocupação com as questões ambientais? Lá não

existem essas preocupações? É claro que existem, deputado Genésio Goulart.

Enquanto isso o nosso estado perdeu um ou talvez uma dos maiores propostas de fator gerador para o município de Biguaçu e para Santa Catarina. Nós não estamos em condições de dispensar esse tipo de investimento no nosso estado. Santa Catarina perde, vem perdendo ao longo dos últimos tempos, perdendo feio no saldo da balança comercial. Estamos deixando de ser um estado exportador, como sempre fomos, sempre com um saldo extremamente positivo na balança, para virar um estado importador. E abrir mão de um empreendimento desse porte?

Ouvi a entrevista do prefeito José Castelo, hoje, na *CBN Diário*. Não sei se v.exa. também ouviu a indignação, o desabafo que ele fez, falando em nome do seu município, da sua comunidade e de Santa Catarina, que perde um empreendimento dessa envergadura por conta da incompetência, da protelação dos órgãos competentes e por conta de meia dúzia de ONGs que não sei, efetivamente, quais foram as suas intenções ao ativar o movimento contra a vinda desse importante empreendimento para Biguaçu.

É profundamente lamentável, e também estou indignado, solidário com o prefeito e com todos aqueles que somaram esforços para que Santa Catarina tivesse esse empreendimento que infelizmente perdemos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli. Primeiramente gostaria de cumprimentá-lo pelo assunto que traz à tribuna nesta Casa.

Quando vi a notícia hoje, deputado Joares Ponticelli, confesso que pensei exatamente: Santa Catarina não pode dar-se ao luxo de perder um empreendimento desses. É lamentável! E isso é mais do que um alerta. Ainda temos pressões sobre outras empresas que estão em Santa Catarina. As nossas agroindústrias, deputado Joares Ponticelli, estão sofrendo pressão na questão ambientalista e na questão do trabalho.

Amanhã ou depois poderemos ser um estado de preservação da União e os outros serão estados de desenvolvimento e de investimentos. Não dá mais para ficar calados. Precisamos respeitar o meio ambiente, mas o meio ambiente não pode se submeter aquilo que não o prejudica. E se isso ocorreu por vontade de algum, digo que esses não têm o direito de travancar o progresso e o desenvolvimento do nosso estado.

Parabéns a v.exa.! Precisamos começar a dar nomes àqueles que não têm interesse no nosso desenvolvimento para não prejudicar os nossos filhos, os nossos jovens.

Parabéns, deputado Joares Ponticelli. O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado.

Imagine se uma empresa, um conglomerado do porte da empresa do Eike Batista, com ações na bolsa, com preocupações ambientais, com qualificações como ISOS, não teria toda a preocupação com a questão ambiental. É evidente que haveria medidas compensatórias que trariam, sim, investimentos maciços quanto à questão da preservação ambiental. E agora, onde vamos buscar esses recursos, deputado Antônio Carlos Vieira?

O Sr. Deputado Antônio Carlos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. deputado, realmente é chocante, é triste e, infelizmente, prejudica a imagem do nosso estado.

Eu li na imprensa que ontem esgotaria o prazo para a ICMBio anunciar o relatório que recebeu, mas só iria anunciar no dia 15 de dezembro. Como se um empresário que iria investir R\$ 2,5 bilhões pudesse esperar pela decisão de um técnico prorrogando um anúncio do parecer para às vésperas do Natal.

Mas fico mais preocupado, sr. deputado, quando vejo aquele carro de Santa Catarina, o Stark, que foi anunciado pela Fiesc, que tem recurso da SC Parcerias, indo para Manaus.

Na coluna de economia, página 19, do *Diário Catarinense* de hoje, diz que a SC Parcerias investiu R\$ 6 milhões e agora a empresa, que foi criada para sustentar um grande sonho de Santa Catarina na produção de veículos, vai em direção ao Amazonas. Por quê? Porque lá há benefícios, Zona Franca, entre outros benefícios que não foram concedidos. Então o nosso estaleiro, que já não é mais nosso, mas das nossas agroindústrias, deputado Moacir Sopelsa, há muito tempo, vem-se encaminhando para uma mudança de domicílio, há muito tempo, não é de hoje.

Mas agora acho que cada vez agrava mais: temos a única fábrica de veículos de Santa Catarina que também vai se mudar.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputados.

Tenho certeza de que essa indignação é da maioria dos deputados desta Casa. Quero e espero que essa decisão possa fazer-nos exigir responsabilidade desses órgãos com crescimento, com desenvolvimento do nosso estado. E ao prefeito Castelo e a todos os empreendedores, à população de Biguaçu e região, que acreditava, sim, nas melhorias da qualidade de vida que esse empreendimento traria, nas possibilidades de emprego e renda para a Grande Florianópolis e região, para o nosso estado inteiro, quero manifestar a todos a minha solidariedade e colocar-me à disposição para novas lutas, especialmente, com a nova postura que deveremos adotar daqui por diante.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Eu quero agradecer, deputado Valmir Comin - e não esperava outra coisa de v.exa. -, a oportunidade do aparte.

Quero só dar continuidade ao pronunciamento do deputado Joares Ponticelli, dizendo que uma das grandes bandeiras contra o estaleiro em Biguaçu foi dos proprietários de Jurerê Internacional, que agora estão recebendo um presente do prefeito municipal de Florianópolis: vai ser instalada a Zona Azul em Jurerê Internacional. E isso porque, além de não gostar do estaleiro que seria instalado em Biguaçu, também não gostam da visita da grande maioria dos catarinenses, dos brasileiros, que iriam passar a temporada, alguns dias, algumas horas, lá em Jurerê Internacional. Infelizmente, cada vez mais essas pessoas que são contra Florianópolis vão ganhando.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado Veirão, vou incorporar a sua fala ao meu pronunciamento.

Mas o assunto que vou discorrer é na mesma linha, praticamente, de raciocínio, deputado Joares Ponticelli. Afinal de contas, o questionamento que se faz é o seguinte: qual é o modelo que realmente queremos para Santa Catarina? Um estado que tem 1,1% do território nacional, que já ultrapassou a casa dos 5,6% das exportações do Brasil, que tem 4,7% do Produto Interno Bruto, é extremamente agregador. E perder um investimento dessa magnitude é lamentável.

Faço aqui um novo desafio para que as cabeças pensantes se movimentem, e principalmente o setor do planejamento do estado, para um investimento que está dentro do plano de desenvolvimento estratégico da Petrobras, que é a implantação do terminal de gás no estado.

Santa Catarina já foi elencada, e o que está em discussão, inclusive no debate da Fiesc que tive a oportunidade de participar - e veio para discorrer sobre o assunto a diretora de energia da Petrobras, Maria das Graças Foster -, é um investimento de mais de US\$ 2,5 bilhões, que vai gerar oito mil empregos diretos, entre São Francisco do Sul e o porto de Imbituba.

Eu tenho uma preocupação. O *marketing* do governo federal é a linha da inclusão social. E se essa obra for para São Francisco do Sul, será mais uma obra, até pelo crescimento, porque o norte vem crescendo 10%, 12% ao ano, enquanto o sul cresce 2,5%, 2,7%. Mas, hoje, eu vejo que a preocupação já nem é se vai ser em São Francisco do Sul ou Imbituba. Na linha que está indo, esse investimento vai acabar não vindo mais para Santa Catarina, se for estabelecido realmente esse padrão de raciocínio.

Então, é uma preocupação pertinente. E nós, homens públicos, pessoas de bem e, principalmente, quem está à frente das pastas competentes, precisamos realmente ter muita responsabilidade, muita maturidade e muita sabedoria para evitar a evasão desse capital, indo para outras regiões do país, comprometendo o desenvolvimento, a qualidade de vida e a renda *per capita* do cidadão catarinense.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Valmir Comin, é muito interessante a sua linha de raciocínio. Já perdemos R\$ 2 bilhões, R\$ 5 bilhões iniciais em Biguaçu, mas v.exa. tem razão. O problema todo é o efeito didático disso. Se uma empresa do porte das empresas de Eike Batista, com a repercussão que tem internacionalmente falando, com o desejo manifesto do empreendedor, com a decisão política do grupo tomada de investir em Santa Catarina, não consegue fazer o empreendimento, imagine v.exa. o estrago que vai fazer o tamanho dessa decisão para outros possíveis investimentos.

Deputado Antônio Ceron, v.exa., que será o secretário da Articulação do novo governo, deve estar ainda mais preocupado. Porque, vejam, os governadores saem por aí fazendo ofertas, tentando atrair investimentos. E quando o investimento vem, um órgão técnico, burocrata, incompetente, enrolão, faz com que todo esse esforço que foi feito para atrair a empresa vá embora. Isso deve preocupar muito o novo governo, deputado Antônio Ceron, porque nos preocupa na extensão do estrago que o efeito didático dessa decisão vai produzir contra Santa Catarina.

Parabéns, deputado Valmir Comin!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Então, deputado Joares Ponticelli, realmente é uma preocupação muito grande, em função de restringirmos novos investidores. Aliás, qualquer investidor de caráter macro, quando procura o país para se desenvolver, quando vê o mapa de desenvolvimento econômico e vê em Santa Catarina esse tipo de restrição, obviamente já descarta, de imediato, qualquer tratativa de negociação de possível investimento no nosso estado. E isso é lamentável.

Um estado que tem uma cadeia de universidades, um banco de dados de formação, de cabeças pensantes, que investe na pesquisa, que investe no desenvolvimento, que investe na perspectiva de agregação de valor, de oportunidades de emprego e renda, ao mesmo tempo fecha-se a ponto de impedir um investimento dessa magnitude.

Imaginem, nessa esteira, quantos outros investimentos poderão fugir, ou deixarão de vir para Santa Catarina, por consequência dessa tomada de posição. E em alguns momentos até por omissão de alguns segmentos, de pastas competentes para tal, que se omitem de fazer a sua manifestação e colocar a sua posição com

veemência, defendendo o estado de Santa Catarina.

Mas quero complementar esse tempo que me resta falando com relação à questão do PPA, eis que hoje é o último dia para a apresentação, na revisão do PPA.

Há pouco, através do microfone de apartes, quando o deputado Manoel Mota falava com relação à barragem do rio do Salto, falamos que se trata de um investimento de mais de R\$ 70 milhões, um investimento que já está assegurado com recursos do PAC - está no Programa de Aceleração do Crescimento -, e sequer o governo faz a sua parte, que é efetivamente a desapropriação daqueles proprietários que estão lá localizados.

Aliás, o próprio governo baixou um decreto declarando a área de utilidade pública. Por que não faz a desapropriação devida? Por que não dá um destino àqueles moradores que há mais de 30 anos estão lá sem saber o que fazer, e há mais de 20 anos não podem buscar linhas de crédito, de financiamento, porque não são detentores da posse daquelas propriedades?

Por isso é chegado o momento, e eu acredito na sensibilidade deste Parlamento, já que o governo não a teve até agora... E esperamos que através dessa emenda que fizemos, tendo como consignatários todos os deputados do sul - e

esperamos contar com a sensibilidade dos demais parlamentares -, possamos inserir no PPA para garantir esses recursos, porque se trata de uma obra extremamente importante para o abastecimento da nossa população e também da rizicultura, que lá está estabelecida e é de uma performance gigantesca, comparada a outros estados da federação - e também pelo potencial turístico que a Providência Divina concedeu à região.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2010

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, TIPO SPLIT E TIPO K7.**

**DATA:** 30/11/2010 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de novembro de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 18 de novembro de 2010.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

#### EXTRATO Nº 167/2010

REFERENTE: Contrato CL n.º 057/2010, celebrado em 11/11/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Delta Editora e Serviços Gráficos Ltda.

OBJETO: Impressão de 5.000 (cinco mil) revistas/relatórios que contém o balanço das atividades parlamentares da ALESC no ano de 2010 e impressão de 1.000 (um mil) livros com o título "Santa Catarina nas relações internacionais- Desafios da ALESC no cenário Internacional".

VALOR GLOBAL: R\$67.000,00 (sessenta e sete mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 047/2010; Autorização para Processo Licitatório n.º 067/2010-LIC, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 11 de novembro de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente da ALESC.

Eliéser de Aguiar- Sócio

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 168/2010

REFERENTE: 2º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 028/2010, celebrado em 30/04/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina- AFALESC.

OBJETO: Retroagir para 1º de maio de 2010 a eficácia do 1º Termo Aditivo deste contrato.

Acrescentar, com base no art. 65 da Lei 8.666/93, R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais) às quotas dos Deputados e às lideranças de partidos, destinadas a financiar o fornecimento de produtos tais como "coffee breaks", "coquetéis" e outros tipos de alimentação em seminários, audiências públicas, fóruns, exposições, recepção de delegações, reuniões de bancadas, dentre outras atividades em eventos realizados no âmbito do Poder Legislativo.

Em decorrência de tal acréscimo o valor original do contrato passa para 3.625.000,000 (três milhões seiscentos e vinte e cinco mil reais) com vigência a partir de 1º de outubro de 2010.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, art. 65, I, "b" e § 1º; Inexigibilidade de Licitação CL n.º 009/2010 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 11 de novembro de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC.

Zulmar Hermógenes Saibro- Presidente da AFALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO

#### OFÍCIO Nº 524/10

Ofício n.º 001/2010

Canoinhas 10/11/2010

Exmo. Sr.

Deputado Estadual

Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 Centro, Gabinete 205

88020-900-Florianópolis SC

Exmo. Sr.

Atendendo as exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para o fim de **manter o reconhecimento de utilidade** pública Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Canoinhas, CNPJ 79.376.471/0001-59, com endereço para correspondência à Rua Waldomiro Olsen 1125, entidade esta, já declarada de utilidade pública conforme a **Lei Estadual nº 9.936.**

Pede deferimento

Marlene Bueno dos Santos

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/11/10

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 1641, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CRISTIANE KARINE CAMPANA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1642, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ANNA PAULA MELO**, matrícula nº 6188, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de novembro de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1643, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANNA PAULA MELO**, matrícula nº 6188, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 17 de novembro de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1644, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **CHRISTOPHER DA SILVA MACHADO**, matrícula nº 6190, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de novembro de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1645, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **HEITOR DO CANTO COSTA**, matrícula nº 6370, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de novembro de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1646, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **HENRIQUE SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 5306, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de novembro de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1647, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR HENRIQUE SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 5306, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 17 de novembro de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1648, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MANOEL ANIZIO LESSA**, matrícula nº 5354, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de novembro de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1649, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MANOEL ANIZIO LESSA**, matrícula nº 5354, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 17 de novembro de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1650, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JUCEMAR MENDES MATHEUS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1651, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VANI JOSE MIGUEL FERREIRA**, matrícula nº 5763, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1652, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** o servidor **EDUARDO LUIZ VENTURIN**, matrícula nº 6318, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Apoio das Relações Institucionais, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, por mais 30 dias, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ANA MARIA BAGGIO DA SILVA, que se encontra em licença médica, a contar de 01 de outubro de 2010 a 30 de outubro de 2010 (CGP - Gerência de Relações Institucionais).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1653, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2279/10,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** por motivo de doença em pessoa da família a servidora **BERNADETE REBELO DE SOUZA**, matrícula nº 1451, por 30 (trinta) dias, a contar de 09 de novembro de 2010.  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1654, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0599	Maria Salete de Bem Urban	15	08/11/10	2275/10
1917	Liciamara Faria Laus Campo	15	26/10/10	2277/10
1389	Maria Celeste Ferreira Monteiro	10	09/11/10	2278/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1655, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1987	Carlos Roberto de Souza	90	02/10/10	2281/10
0668	Luiz Eduardo Caminha	80	25/09/10	2280/10
1848	Ivan Althoff de Medeiros	40	03/11/10	2276/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1656, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 053/2010.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro

2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1657, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Antonio Carlos Cenzi Pimentel	4074	3%	6%	04/10/10	2235/10
Giovani Peixoto Conti	3507	3%	3%	27/10/10	2236/10
Daiane Aparecida de Souza Piske	5620	3%	3%	01/11/10	2246/10
Cristiano da Silva de Carli	5621	3%	3%	01/11/10	2247/10
Maria Celeste Ferreira Monteiro	1389	3%	33%	01/11/10	2249/10
Andre Wessler	4498	3%	6%	01/11/10	2250/10
Antonio Carlos Simas	5404	3%	3%	01/11/10	2251/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1658, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Elaine Cristina Mendes Tramontin	5444	3%	3%	08/10/10	2227/10
Eliete Carvalho	5311	3%	3%	06/10/10	2228/10
Nivaldo Jose Tonelli	5267	3%	3%	18/10/10	2229/10
Marta Brancher Palhano	5020	3%	3%	04/10/10	2230/10
Elzio José do Prado	4910	3%	3%	06/10/10	2231/10
Celso Marloch	4716	3%	3%	05/10/10	2230/10
Isabel Bampi de Souza	3142	3%	9%	06/11/10	2233/10
Jose Roberto Paludo	3608	3%	9%	02/11/10	2234/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1659, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Diana Aparecida Gomes de Oliveira	4573	3%	3%	01/11/10	2252/10
Leonede Crestani	4282	3%	6%	01/11/10	2253/10
Evandro Carlos dos Santos	3748	3%	6%	01/11/10	2254/10
Paulo Roberto da Silva	5567	3%	6%	08/10/10	2255/10
Ussiel Cundinho Fernandes Dias	5500	3%	3%	20/10/10	2256/10
Jairo Alcioneu Duarte	5450	3%	3%	18/10/10	2257/10
Angela Maria Pereira Borges	5622	3%	3%	01/11/10	2248/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1660, de 18 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
0323	Maria do Rocio Barreto da Silva	22/01/04	04/11/10	2226/10
2543	Juçara Helena Rebellato	19/09/05	18/09/10	2155/10
0688	Nelise Regina de Souza	16/09/05	15/09/10	2180/10
1849	Ione Terezinha Reis de Melo	12/08/04	11/10/10	2181/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 362/10**

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Agrícolas de Rio do Pardos e Lageado das Antas - APRURP, do município de Porto União.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Agrícolas de Rio do Pardos e Lageado das Antas - APRURP, com sede no município de Porto União.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Estadual 15.125/2010;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 17/11/10

**JUSTIFICATIVA**

Trago à consideração deste Parlamento, proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Agrícolas de Rio do Pardos e Lageado das Antas - APRURP, do município de Porto União.

Trata-se de uma entidade que, conforme seu estatuto social, não tem fins lucrativos e se enquadra nas exigências da Lei Estadual 15.125/2010, eis que realiza atividades de interesse coletivo, promovendo a otimização dos padrões de renda, saúde, alimentação, educação, e recreação dos produtores rurais, a conservação da natureza e do meio ambiente, e o intercâmbio técnico e científico.

Frente os relevantes propósitos da referida entidade, para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação da presente proposição, para conceder à Associação dos Produtores Agrícolas de Rio do Pardos e Lageado das Antas - APRURP, do município de Porto União, o Título de Utilidade Pública Estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 363/10**

Denomina Rosina Pavan o Centro Poliesportivo anexo à Escola de Educação Básica Belermino Victor Dalla Vecchia, pertencente a rede pública estadual, sito à Rua Ademar José Rauber, nº 15, no Município de Ponte Serrada.

Art. 1º Fica denominado Rosina Pavan o Centro Poliesportivo anexo à Escola de Ensino Básico Belermino Victor Dalla Vecchia, pertencente à rede pública estadual, sito à Rua Ademar José Rauber, nº 15, Bairro Baía Alta, no município de Ponte Serrada.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente  
Sessão de 18/11/10

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por escopo homenagear a Sra. Rosina Carboni Pavan, natural de Encantado - RS, falecida aos 19 dias do mês de julho de 2009, tendo em vista os serviços prestados em prol da comunidade oestina.

Em sua trajetória, juntamente com seu marido, Sr. Rodesindo Pavan e com o objetivo de aumentar a renda familiar e o ramo profissional, o Sr. Rodesindo, enquanto morador do Rio Grande do Sul, passou a fabricar queijo no galpão de casa para vender na região e, enquanto este viajava, vendendo queijos e materiais como enxada, foice, facão e outras ferramentas, a Senhora Rosina, mulher de garra e muito trabalhadora, cuidava da ferraria da família, ajudava na fabricação de queijo e ainda cuidava, com muito zelo e carinho, de seus filhos.

Logo após o nascimento do seu sétimo filho, Senhor Leonel Arcângelo Pavan, o casal teve como umas de suas decisões mais importantes a saída do estado vizinho Rio Grande do Sul para estabelecerem-se em Santa Catarina, no Município de Ponte Serrada, em 08 de janeiro de 1955, onde fixaram residência. Ali abriram uma oficina mecânica e um posto de gasolina com o nome de Pavan São José.

Após 15 (quinze) anos de vivência em Ponte Serrada e depois da aquisição de uma churrascaria em Chapecó - SC, chamada Barriga Verde, foram morar na cidade de Cascavel - PR e 02 (dois) anos depois em Balneário Camboriú - SC, atuando desde sempre no ramo de restaurantes e churrascarias.

A história da família em Santa Catarina é marcada pelo espírito empreendedor e o envolvimento com a comunidade em todas as cidades por onde passaram, principalmente na região oeste de Santa Catarina, onde foram os pioneiros no ramo de restaurantes e churrascarias, que na época era altamente carente de opções.

Por esta razão, deve este Parlamento igualmente reconhecer o carinho e a admiração da população de Ponte Serrada e oestina em geral, prestando esta honrosa e merecida homenagem.

Para fins de instrução, nos termos da Lei Estadual nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002, acostamos a presente proposta Certidão de Óbito e curriculum-vitae da homenageada, bem como, declaração negativa de denominação anterior do bem a ser denominado.

Deste modo, apresentamos a presente proposta e esperamos contar com a aquiescência e o apoio dos nobres pares.

\*\*\* X X X \*\*\*